

ISSN 2318-9282

número 8

ano 3

set 2015

des;idades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

8

des;dades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

REALIZAÇÃO



NIPIAC

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio
para a Infância e a Adolescência Contemporâneas

APOIO



PARCEIROS



INDEXADORES



apresentação

DESIDADES é uma revista eletrônica de divulgação científica na área da infância e juventude. É uma publicação trimestral, avaliada por pares, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comprometida com a divulgação do conhecimento científico além dos muros da universidade.

equipe editorial

EDITORA CHEFE

Lucia Rabello de Castro

EDITORAS ASSOCIADAS

Heloisa Dias Bezerra

Maria Carmen Euler Torres

Renata Alves de Paula Monteiro

Sônia Borges Cardoso de Oliveira

EDITORES ASSISTENTES

Alexandre Bárbara Soares

Carina Borgatti Moura

Felipe Salvador Grisolía

Juliana Siqueira de Lara

Karima Oliva Bello

Lís Albuquerque Melo

Sabrina Dal Ongaro Savegnago

Suzana Santos Libardi

EQUIPE TÉCNICA

Arthur José Vianna Brito

Clara Marina Hedwig Willach Galliez

Isa Kaplan Vieira

Luciana Mestre

Marina Del Rei

Paula Pimentel Tumolo

REVISORA

Sheila Kaplan

TRADUTORA

Flavia Ferreira dos Santos

Publica artigos originais, entrevistas e resenhas que se destinem a discutir criticamente, para um público amplo, aspectos da infância e da juventude frente a seu processo de emancipação. Uma secção de Informações Bibliográficas tem por objetivo difundir as publicações recentes sobre infância e juventude no âmbito das ciências sociais e humanas. Uma versão em português e outra em espanhol de **DESIDADES** estão disponíveis para os leitores. A publicação pretende ser um meio eletrônico de difusão de debates e ideias no espaço latino-americano para todos os que queiram ser instigados a refletir sobre os desafios e as dificuldades de viver sendo criança ou jovem no contexto das sociedades atuais.

DESIDADES significa, como escolha do título da revista, que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência segundo uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais.

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade Federal de Pelotas
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília
Anna Paula Uziel	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná
Helóisa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Nair Teles	Fundação Oswaldo Cruz/ Universidade Eduardo Mondlane

Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba
Vera Vasconcellos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Cariri

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Carla Sacchi	Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental / Universidad del Salvador
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
Mariana Chaves	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	Universidad de Buenos Aires
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Rogelio Marcial Vásquez	El Colegio de Jalisco, Universidad de Guadalajara, Mexico
Rosa Maria Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Silvina Brussino	Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Valeria Llobet	Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Índice

EDITORIAL	7
TEMAS EM DESTAQUE	
“Redimir a política”: experiências de militância de jovens evangélicos da Argentina <i>Mariela Mosqueira</i>	9
O que será o amanhã? Expectativas de jovens sobre futuro, política e trabalho <i>Carolina Salomão Corrêa e Solange Jobim e Souza</i>	19
ESPAÇO ABERTO	
Conflito armado na Colômbia e suas consequências para crianças e jovens ENTREVISTA DE <i>Paulo Cesar Pontes Fraga</i> COM <i>Germán Muñoz González</i>	30
INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	
RESENHAS	
“El trabajo adolescente y la migración de Bolivia a Argentina: entre la adultez y la explotación” RESENHA POR <i>María Celeste Hernández</i>	40
“A história da criança por seu Conselho de Direitos” RESENHA POR <i>Irandi Pereira</i>	44
“Diretor escolar: educador ou gerente?” RESENHA POR <i>Rosana Evangelista da Cruz</i>	48
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	53
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	57

A julgar por discursos não tão distantes do presente, a juventude foi frequentemente celebrada como a metáfora da mudança social, e neste sentido, nela se depositavam as esperanças de um futuro melhor. Karl Mannheim, em um artigo escrito em 1954 que procurou responder à pergunta sobre qual seria a contribuição da juventude à sociedade, afirma que “a juventude é um dos mais importantes recursos espirituais latentes para a revitalização de nossa sociedade”. Mannheim estava se referindo à situação de caos moral e psicológico no pós-guerra europeu, quando seria necessária a revitalização espiritual da sociedade a partir da “reserva psicológica” existente nos jovens. Como não se assombrar frente a tal expectativa hoje, quando nos deparamos com o lugar destinado aos jovens nas dinâmicas sociais contemporâneas. Não mais como atores sociais que protagonizariam a renovação social, aos jovens parece ter sido destinado o lugar de “reserva do ódio social”, quando, ao se tornarem depositários das contradições sociais, tornam-se objeto seja de extermínio físico, seja de impedimentos para a ação criadora do mundo em que vivem.

Nas seções Espaço Aberto e Temas em Destaque da presente edição, a temática da juventude no mundo contemporâneo é apresentada sob alguns aspectos sombrios que nos interrogam sobre a ambivalência e a negatividade das atuais relações intergeracionais. Portanto, cabe fazer novamente a pergunta de Mannheim: o que esperam os mais velhos dos jovens? Que angústias assolam esta relação hoje, frente às incertezas de um mundo no qual não parece caber a recusa de uma geração dos baluartes que fundam o modo de vida das sociedades contemporâneas?

Na seção Espaço Aberto, o professor e pesquisador Paulo César Fraga, da Universidade Federal de Juiz de Fora entrevista o pesquisador e professor Germán Muñoz González, da Universidade de Manizales, sobre o conflito armado na Colômbia e suas consequências para as crianças e os jovens. Se este conflito dura há mais de 60 anos, têm sido as crianças e os jovens suas principais vítimas: por desalojamento, perda de familiares, violência sexual, adoção forçada, assassinatos, recrutamento forçado na guerrilha. Cerca de 70% dos que são obrigados a deixar suas casas e lugar de origem tem menos que 18 anos. Muñoz González nos relata também o caso dos “falsos positivos” que são jovens exterminados pelas forças do Exército para comporem as estatísticas de “segurança nacional”, quando se trata de eliminar, sem qualquer constrangimento ou punição, a vida de jovens pobres e camponeses. A entrevista do pesquisador colombiano retrata um cenário onde as vidas destes jovens tem valor desprezível, nada mais...

Na seção Temas em Destaque, dois artigos trazem pesquisas empíricas sobre os jovens, argentinos, em um artigo, e brasileiros, em outro. A pesquisadora e docente Mariela Mosqueira, da Universidade de Buenos Aires analisa a participação de jovens evangélicos argentinos no movimento “Valores para meu país”, uma aglutinação religiosa liderada por uma deputada evangélica. Quando se trata de capitalizar em cima da “reserva psicológica” dos jovens, estes são incluídos nas ações programáticas desta agremiação. No entanto, quando os jovens reivindicam mudanças e se contrapõem à falta de transparência e imposição das decisões, rechaçam-se suas iniciativas e se promove um silêncio sobre suas demandas.

No outro artigo, em contexto brasileiro, é trazida uma pesquisa sobre o que os jovens pensam sobre futuro, trabalho e política. As pesquisadoras Carolina Corrêa e Solange Jobim e Souza, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mostram como o isolamento e a falta de horizontes caracterizam as soluções que os jovens encontram para lidar com a demanda de projetar seu futuro, desenhar sua participação na sociedade. A linha de fuga parece se refugiar no descrédito da construção de sentidos coletivos para as dificuldades comuns hiperbolizando o efeito do esforço individual para enfrentá-las.

Três resenhas compõem esta edição. Uma de Maria Celeste Hernández sobre o livro de Maria Inés Pacecca “El trabajo adolescente y la migración de Bolivia a Argentina: entre la adultez y la explotación”, em que a resenhista ressalta o cenário de disputas entre a judicialização e a exploração a que são submetidos os jovens bolivianos que migram para a Argentina. Outra, de Rosana Evangelista da Cruz, do livro de Vitor Paro, “Diretor escolar: educador ou gerente?” em que a resenhista destaca os determinantes pedagógicos e políticos da escola sobre a função administrativa do diretor escolar. A terceira resenha, de Irandi Pereira, sobre a obra de Siro Darlan e Luis Fernando de França Romão, “A história da criança por seu Conselho de Direitos”, põe em relevo a complexidade da plena garantia de proteção integral a crianças e jovens brasileiros trazida pela nova institucionalidade – os Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente.

Finalmente, brindamos os leitores e leitoras com promessas de outras boas leituras sobre infância e juventude ao trazer o levantamento bibliográfico de obras publicadas neste trimestre, no campo das ciências humanas e sociais. São 27 obras de que obtivemos notícias consultando sites de editoras de quase todos os países da América Latina – o que nos apresenta um cenário interessante e rico dos debates atuais e direções de pesquisas sobre as questões da infância e juventude nesta parte do mundo.

Lucia Rabello de Castro

EDITORA CHEFE

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, S. de (Org.). **Sociologia da Juventude I**. RJ: Zahar, 1968. p. 69-94.



FOTO www.sigueme.net

“Redimir a política”: experiências de militância de jovens evangélicos da Argentina

Mariela Mosqueira

Introdução

Uma das principais interpelações que o discurso evangélico dirige a seus jovens fiéis é a de serem “agentes da transformação social”, o que envolve, entre outras questões, a exibição pública de seu *ethos* religioso a fim de apresentar um estilo ‘cristão’ de ser jovem, isto é, um modelo “radical” de juventude que questione o modelo juvenil imperante na sociedade argentina. Nesse sentido, um dos discursos mais divulgados dentro do mundo evangélico é aquele que apresenta o estilo de vida juvenil-cristão como “rebelde contra a rebelião”, ou seja, como um modelo “alternativo” de “rebeldia”, que implica opor-se a toda forma de “transgressão” associada aos setores juvenis não-crentes (Mosqueira, 2014).

Dentro desse esquema, uma das áreas mais intensamente focalizada é a “santidade sexual”, não só através do chamado à sua observância, senão também a partir de uma exortação a fazê-la visível no espaço público. De fato, uma das principais “bandeiras” públicas que a juventude cristã levantou na Argentina desde a abertura democrática até hoje é a “pureza sexual”¹.

De acordo com essas tendências, a liderança juvenil evangélica, junto à Aliança Cristã de Igrejas Evangélicas da República Argentina (ACIERA)², apresentaram, em 15 de setembro de 2005, ante o Senado da Nação³ uma “declaração pública” dos valores e princípios da juventude evangélica argentina, com o objetivo de visibilizar um “modelo de juventude” baseado em “condutas e valores bíblicos”, perante um “sistema sociocultural que reproduz condutas correspondentes a paradigmas que há muito se afastaram de Deus”. Dos 14 pontos do manifesto, três referem-se a temas vinculados à moral sexual, declarando que:

- Afirmamos que o sexo foi criado por Deus para a satisfação do homem e da mulher dentro do matrimônio. Vemos com grande preocupação o aumento da gravidez de adolescentes. Entendemos que é urgente trabalhar os temas de saúde reprodutiva e procriação responsável, mediante ações efetivas de prevenção, educação e contenção.

- Entendemos que o avanço e promoção massiva de condutas sexuais não naturais, fundamentadas na perspectiva de gênero (homossexualidade, lesbianismo, bissexualidade, transexualismo, travestismo), e o aumento de condutas perversas (por exemplo, pornografia infantil, pedofilia) produzem uma distorção na concepção da identidade de cada indivíduo e afetam sua integridade moral, ao mesmo tempo que influenciam negativamente na formação das gerações futuras. Por isso, como cristãos, rejeitamos essas práticas, consideradas um pecado pela Bíblia; não obstante, amamos todas as pessoas, tal como Jesus mostrou com seu exemplo e suas palavras.

- Nós nos expressamos a favor da vida. Consideramos pessoa o indivíduo a partir da concepção. Rejeitamos o aborto, as práticas suicidas, a eutanásia e tudo aquilo que atenta contra a vida⁴.

1 As mobilizações cristãs-juvenis que tiveram como principal divisa a santidade sexual foram: Os Super Clássicos da Juventude (Los Súper Clásicos de la Juventud), do Pastor Dante Gebel, e as manifestações “Aquele que ama, espera” (“El que ama, espera”), organizadas pela Megaigreja “Cita com a vida” (Mega-Iglesia “Cita con la Vida”), do Pastor Sergio Belart, em Córdoba. Nessas manifestações, o usual é que os jovens façam um “pacto de santidade”, que consiste em firmar um “compromisso público” de se manterem virgens até o matrimônio.

2 Alianza Cristiana de Iglesias Evangélicas de la República Argentina (ACIERA).

3 Senado da Nação. Ver “Jovens ante a carência de modelos” (“Jóvenes ante la falta de modelos”), *La Nación*, 19-5-2005. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/739995-jovenes-ante-la-falta-de-modelos>

4 Ver “Declaração de valores e princípios da juventude cristã evangélica” (“Declaración de valores y principios de la juventud cristiana evangélica”), *Aciera*, 2005. Disponível em: <http://www.aciera.org/declaraciones/manifiestofinal.pdf>

Com base nessas interpelações e antecedentes, por volta de 2008, a então deputada nacional evangélica Cynthia Hotton começou a percorrer igrejas, congressos, festivais e acampamentos, convocando a juventude evangélica a participar em seu espaço político-religioso “Valores Para Meu País” (VPMP):

Por que estou agora ante vocês? Porque está avançando no Congresso o tema do aborto e nós temos que defender a vida. (...) Ah, lhes conto, eu me chamo Cynthia porque meus pais um dia disseram sim, queremos que você nasça; porém à Ana os pais lhe disseram não, não queremos que você nasça, você é um estorvo. Sabem uma coisa? Na Argentina, para cada pessoa que nasce, há uma pessoa que não nasce, que a matam antes de nascer. (...) eu estou lutando no Congresso da Nação e até agora o Senhor me tem dado caminho livre para poder lutar. (...) Porém, também digo a vocês que deem esta mensagem de vida, como jovens, a toda a sociedade, onde puderem, na rua, nas escolas, nas universidades. (...) Oremos para que isso não aconteça na Argentina. E se um dia tivermos que nos mobilizar, mesmo nas ruas, vocês vão acompanhar-me?!⁶

A seguir, caracterizarei este espaço político-religioso e depois, abordarei a militância da equipe “juventude” de VPMP, revelando as múltiplas relações e tensões que se estabeleceram entre a direção do grupo e as bases juvenis.

Um espaço de articulação político-religiosa

“Valores para meu país” (VPMP) é um grupo político-religioso que surgiu em novembro de 2008 a partir da figura de Cynthia Hotton. Seu objetivo é convocar e capacitar a congregação cristã para inseri-la em lugares estratégicos da estrutura política, a fim de “influenciar a sociedade” a partir da “transmissão de valores cristãos”. Nessa lógica de grupo intermédio entre o religioso e o político, VPMP se apresenta como um espaço ideologicamente plural e sua visão da política aparece atravessada por um discurso ético-religioso, em que o campo político é construído como uma área “corrupta”, que é preciso “redimir” mediante a intervenção “purificadora” de grupos cristãos, entendidos como a “reserva moral” da sociedade (Pace, 2006).

De acordo com Casanova (1994), no mundo contemporâneo e, de maneira notória, desde a década de 1980, foi se desenvolvendo um processo de “desprivatização” do religioso, que supõe o avanço das instituições religiosas sobre a esfera pública em uma “cruzada” pela reconfiguração da sociedade civil. Nesse sentido, as “religiões públicas” constituem uma dimensão política fundamental em nossas sociedades, sendo o campo da sexualidade e gênero um âmbito central onde se evidencia a intervenção do fator religioso, tanto pela tentativa de hegemonizar os sentidos atribuídos a esses termos, como pelas ações concretas destinadas a regular as práticas nesse âmbito.

5 “Valores para mi país” (VPMP).

6 Cynthia Hotton, em Festival 12/12, Parque de la Costa. Nota de campo, 22-11-2008.

De acordo com Vaggione (2005), no caso argentino, desde a abertura democrática e frente à crescente legitimidade que foram adquirindo as demandas dos movimentos feministas e pela diversidade sexual, as instituições religiosas (especialmente católicas e evangélicas) têm revitalizado sua presença pública e mobilizaram-se politicamente, com o objetivo de recuperar sua hegemonia no campo da moral sexual.

É preciso assinalar, no entanto, que a presença do religioso no espaço público não é nova no cenário local, pois os vínculos entre religião e política são de longa data e supõem vasos comunicantes bilaterais e busca mútua de legitimidades e recursos (Mallimaci, 2006). Assim, embora o ativismo religioso tenha adquirido inegável visibilidade em torno às temáticas de gênero e sexualidade, sua atuação não se esgota unicamente nesses âmbitos senão que se estende a partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e redes de assistência social (Mallimaci, Giménez Béliveau, 2007).

Nesse contexto, a experiência de VPMP não é, naturalmente, nem a primeira, nem a única modalidade de participação de grupos cristãos no cenário político nacional, não obstante, constitui uma das experiências mais recentes e de maior visibilidade devido à exposição midiática de sua dirigente, especialmente durante os debates ocorridos no país por ocasião da lei do matrimônio igualitário (2010).

Como dito acima, VPMP articula-se a partir da deputada Cynthia Hotton. Examinando de forma detalhada sua trajetória, Hotton é evangélica de “berço”, economista, diplomata e está casada com um destacado empresário do ramo hoteleiro. Tanto seu esposo como sua família de origem têm um alto prestígio no interior do círculo dos dirigentes evangélicos. A respeito de sua posição no âmbito político, Hotton ocupa um lugar estratégico devido à carreira diplomática de seu pai, o ex-embaixador e também reconhecido evangélico Arturo Hotton. Com esses “capitais”, começou sua carreira política no partido RE-CREAR, liderado por Ricardo López Murphy, e a partir da fusão deste espaço com o PRO, seu caminho político continuou junto a Mauricio Macri até a abertura de seu monobloco parlamentar – após a ruptura com o PRO – em agosto de 2009.

Ao longo de seu itinerário político e, especialmente, a partir do momento em que assume a bancada, em outubro de 2007, Hotton manifestou sua fervorosa identidade religiosa, ação que considerou central em sua estratégia política, pois constitui seu principal instrumento para acumular recursos e apoios tanto no interior do âmbito político, como do religioso. Na arena política, sua identidade religiosa e seu discurso centrado nos “valores” lhe permitiram, por um lado, exibir um perfil distante da “má política” e, por sua vez, apresentar-se como a dirigente que detinha a potencialidade política de sua comunidade de fé. Por outro lado, se nos centrarmos no âmbito evangélico, a articulação de forças em torno de sua figura se torna mais complexa. Embora em todo o espaço evangélico circule um discurso que exorta à participação política, não foram desenhados até o momento mecanismos internos de seleção de representantes políticos, como sucede no caso do Brasil com a “bancada evangélica”, que implica uma estratégia de formação e seleção de fiéis pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), com o objetivo de posicionar candidatos em todo o espectro político para alcançar benefícios “corporativos”

(Campos Machado, 2006; Silveira Campos, 2005). Do mesmo modo, na atualidade, a comunidade evangélica argentina também não tem um partido confessional capaz de articular a potencialidade política de mobilização em um candidato, como ocorre em outros países da América Latina. Nesse contexto, Hotton, para cultivar adesões e voluntários dentro de sua comunidade de fé, recorreu à exibição ativa de sua identidade religiosa e negociou o apoio das principais federações de igrejas e pastores. Além disso, através de sua gestão legislativa, tomou posições contrárias ao matrimônio igualitário, à descriminalização do aborto e das drogas. Questões de interesse vital para os setores dirigentes da comunidade evangélica argentina.

Na próxima seção, apresentarei como se insere o sujeito jovem nesse espaço político-religioso, as características e sentidos que tomou sua participação e as múltiplas articulações que se estabeleceram entre a militância juvenil e a direção de VPMP.

A equipe “juventude” de VPMP

Em novembro de 2008, a militância da equipe “juventude” começou com cerca de 30 membros, quantidade que se foi diluindo à medida que cresciam as tensões com a cúpula dirigente até desaparecer em junho de 2009. Em sua maioria, eram jovens universitários que procediam de famílias vinculadas aos setores de direção do campo evangélico e, por isso, todos tinham uma participação religiosa ativa, sendo já alguns deles co-pastores ou líderes juvenis de importantes igrejas. Com relação a suas trajetórias políticas, mesmo que, em alguns casos, fosse sua primeira experiência militante, a maioria contava com algum tipo de participação política no espaço partidário, universitário ou em espaços seculares ou religiosos de ajuda social. Sobre as motivações que levaram estes jovens a participar de VPMP, em princípio, aparecia em seus discursos certa “afinidade” com a proposta do setor dirigente, já que os jovens percebem o “corrompido” espaço político como um meio propício para “influenciar a sociedade” mediante a “transmissão de valores cristãos”.

Ariel: Acho que se contarmos com muitos evangélicos na política poderemos fazer um aporte, não como grupo evangélico de pressão, mas através de uma dimensão pessoal.

Mariela: E qual seria o aporte?

Ariel: Honestidade, transparência, valores (...) será uma lufada de ar fresco para a política. Acho que há muitas pessoas que vêm sendo questionadas e que é necessário contar com pessoas novas com determinados valores (...) mas não só pela posição mais conservadora de defender a família senão porque, fundamentalmente, é necessário recuperar a função da política...⁷

7 Ariel, militante de VPMP. Entrevista pessoal realizada em 30-01-2010.

Nessas palavras podemos ver o sentido subjetivo da interpelação que exorta os jovens cristãos a se constituírem como “sujeitos da transformação social”, “pessoas relevantes na sociedade” a fim de “redimi-la”. Nesse horizonte de interpelação, a participação política aparece para alguns jovens como um caminho para cristalizar esse “mandato”. Essa construção dos jovens cristãos como agentes de transformação, presente no discurso da direção evangélica, foi capitalizada pelo espaço VPMP para convocá-los à mobilização e apresentá-los como o “motor do grupo político”. Essa afinidade entre a direção de VPMP e a equipe “juventude” em relação a “redimir a política”, contudo, não foi suficiente para evitar a emergência de tensões entre ambos polos do espaço político-religioso.

Um dos conflitos essenciais centrou-se no lugar que devia ocupar a “juventude” na organização. Embora a direção atribuísse aos jovens um lugar central no discurso, na realidade concreta lhes eram delegadas tarefas de menor importância. Por exemplo, durante a campanha do lançamento de VPMP, foram orientados a colar os cartazes para a divulgação do evento, tarefa que foi completamente rejeitada por eles. E no próprio ato de lançamento, deviam atuar como “porteiros”, ou seja, deviam dar calorosas boas-vindas aos participantes na porta de entrada, oferecendo-lhes cartazes com a inscrição dos “valores” apregoados pelo grupo.

Apesar destas funções de menor importância, os jovens foram uma peça fundamental no ato de lançamento, pois, devido à sua mobilização, de suas fileiras saíram as equipes de som e iluminação utilizadas no evento, sem custo, e uma grande parte dos participantes foi convocada através da intensa divulgação que desenvolveram em suas redes sociais.

Ao longo das reuniões prévias ao lançamento do grupo, os sentidos da participação política começaram a tornar-se divergentes para a militância juvenil e para a cúpula dirigente. Enquanto a direção criava dificuldades às propostas e iniciativas juvenis, para os jovens, o VPMP se constituía como um espaço que requeria uma participação ativa nas decisões e debates sobre o conteúdo político e ideológico do grupo.

Nos sucessivos encontros, os jovens declaravam a necessidade de debater sobre a separação entre o que consideravam que era “o papel público das igrejas” e “o papel público do espaço político”. Nesse sentido, demandavam que a organização oferecesse capacitação política aos membros da comunidade cristã, tal como a direção propunha no seu discurso. Frente à passividade da direção em torno desse tema, a equipe “juventude” criou o único projeto surgido das bases, as “oficinas de desenvolvimento político”, o qual não foi levado em consideração e sequer discutido.

Essas tensões revelaram uma intrínseca contradição que o espaço político-religioso colocava ante os jovens. Nas reuniões, eles manifestavam que estavam ali para participar “politicamente” e, por essa razão, necessitavam que o VPMP funcionasse como uma organização “política”, ou seja, era necessário abrir canais de representação, democratizar as decisões e criar espaços de debate para definir um projeto e uma postura ideológica.

Um grupo político não é um clube, é um grupo de poder, uma força importante no espectro partidário. Deixar à vontade de uns poucos os efeitos do poder resultante da nossa união não é, na minha opinião, uma decisão adequada. (...) Não é necessário que o edifício caia para dizer que estava mal construído. Para isso, há gente que estuda, prepara-se, pensa, reflete. (...) Justamente, como penso que estamos aprendendo, acho que a democratização das decisões e uma estrutura mais clara ajudariam a evitar o caos. (...) Este é um grupo político e, como tal, requer regras, debates, consensos. É triste ver que se aborda com tanta leviandade o tema de como canalizar o nosso esforço, que até hoje não teve outro norte além daquele traçado pela direção. (...) Talvez estejamos necessitando, como cristãos, entender muitas coisas sobre o funcionamento das estruturas políticas. (...) A política requer leões, não ovelhas (ambos papéis devem conviver em todo cristão)⁸.

Como se pode observar, os jovens começaram a manifestar publicamente um crescente incômodo em torno ao personalismo da deputada Hotton, a verticalidade na tomada de decisões e o carácter vago do projeto político delineado.

Ainda não foi possível observar um desenvolvimento autônomo das oficinas de trabalho, pelo menos não na nossa oficina. Mesmo assim, **os que formamos o grupo de trabalho com a juventude (notem que não somos ‘o grupo de jovens’)**, estamos procurando ter reuniões com certa frequência e trabalhar os temas que achamos convenientes. VPMP acaba sendo uma das enteléquias mais interessantes que surgiram nos últimos tempos. Capaz de mudar o país ou de gerar um novo híbrido populista e demagógico (por seu funcionamento, não por seus princípios, necessariamente), este é um projeto sobre o qual, como cristãos, não podemos nos desentender. Pela primeira vez na história, vamos ter que pensar e pensar muito. Não podemos nos dar ao luxo de nos equivocarmos neste projeto⁹.

Como suas insistentes reclamações não eram atendidas pela direção, nem nas reuniões de trabalho nem nos fóruns virtuais de discussão, a equipe “juventude” foi perdendo membros e começou a surgir a suspeita de que VPMP era uma “artimanha” de Hotton com vistas às eleições legislativas de 2009. Para os jovens, a deputada tinha o objetivo de exhibir, no interior do PRO, sua capacidade de articular a potencialidade política da comunidade evangélica e assim acumular capital político suficiente para “nomear”, na lista de seu partido político, um candidato de sua linha. Tal suspeita foi confirmada pela equipe “juventude” na reunião posterior ao lançamento de VPMP, quando Hotton atribuiu à militância a tarefa de organizar a campanha de Christian Grillo, seu chefe de gabinete na época. Nessa reunião, enquanto as outras equipes de trabalho aclamavam o lançamento de Grillo, na mesa integrada pelos “jovens” a candidatura foi publicamente rejeitada.

8 Extraído do fórum de discussão “VPMP” da rede social Facebook, 3-04-2009.

9 Extraído do fórum de discussão “VPMP” da rede social Facebook, 3-04-2009. As negritas me correspondem.

Cynthia, nós jovens queremos te fazer uma pergunta. Quem é Christian Grillo? Que propostas ele tem? Porque seria bom que o conhecêssemos, que conheçamos suas propostas antes de sair colando pôsteres e fazer toda a sua campanha. Além disso, consideramos que a eleição do candidato tem que ser feita através de eleições internas¹⁰.

Apesar da rejeição da equipe “juventude”, a candidatura de Grillo prosseguiu. Isso gerou o aumento do incômodo da militância juvenil, que resultou na solicitação de uma reunião formal com Hotton, no seu gabinete da Câmara de Deputados. A reunião lhes foi concedida no dia 12 de junho de 2009 e dela participaram os quatro membros mais ativos da equipe. Em uma entrevista posterior, um dos participantes nos relatava.

A ideia [da reunião] era apresentar à Cynthia nossa inquietação pelo fato de as decisões serem tomadas só pela direção sem deixar participarem os demais, a ideia era propor que o espaço **se politizara, que se democratizara**. (...) Foi bom porque dissemos exatamente o que pensávamos, ou seja, não se tratava de conduzir um “gado miúdo”, isso foi detonador, o fato de dizer **que não éramos um gado miúdo**, eu lhe disse que **VPMP não é a igreja, é um partido político** ou um grupo político... embora houvesse distintas formas de dizê-lo, todos tínhamos a mesma posição... Cynthia fez algumas colocações, porém, num determinado momento, se sentiu atacada e nos disse “sou eu que dirige o grupo, eu manejo as coisas, porque é o grupo que eu construí, estejam vocês gostando ou não”... havia um clima de muita tensão... daí em diante foi se perdendo a conexão entre a juventude e VPMP... houve outra convocatória de encontro, mas acho que ninguém compareceu. (...) Eu lhe falava de participação, de escutar as propostas da juventude e do tema da formação política, da construção cívica, algo que me interessava muito e que foi muito discutido nas reuniões dos jovens, como você percebeu, mas fomos ignorados.¹¹

Essa reunião com Hotton marcou o declínio da participação política juvenil em VPMP; de fato, a “equipe juventude” se dissolveu e isso determinou o fim do meu trabalho de campo dentro do grupo. Só retornei mais tarde, em 2010, para fazer registros etnográficos das manifestações contra a lei do matrimônio igualitário promovidas pela deputada nos meses de abril (20), maio (31) e julho (13). Embora tenha observado a presença de muitos jovens entre os participantes, não encontrei nenhum militante da equipe “juventude”.

Sigo em contato com a maioria deles e soube que muitos, especialmente os mais ativos, continuam participando politicamente no interior de diferentes partidos políticos ou movimentos sociais “seculares” vinculados à coligação de oposição. De fato, um dos

10 Ramiro, militante em reunião de trabalho de VPMP. Nota de campo, 16-04-2009.

11 Ramiro, militante VPMP. Entrevista pessoal, 17-02-2010.

jovens foi um “organizador” destacado dos “panelaços” contra o governo de Cristina Fernández realizados em 2012 e 2013, nomeados na mídia como “13-S” (13 de Setembro), “8N” (8 de Novembro) e “18A” (18 de Abril). Todas essas intervenções públicas seguem tendo como motivo central uma vontade “redentora” da política e não tanto um ativismo “conservador” ou “fundamentalista” vinculado à moral sexual. De fato, nas conversas informais que mantive com os ex-militantes de VPMP, eles assinalaram que levantar como “únicas” bandeiras as da “moral sexual” ou da “droga” não é adequado, elas não são “convenientes” para a “imagem” do “ativismo evangélico”. Segundo eles, se a “igreja” quer participar na política, tem que adotar “linguagem” e “enunciados políticos”. Nesse sentido, consideram que são “causas corretas” a denúncia da “corrupção”, a “justiça social” e o “cuidado do meio ambiente”.

Palavras finais

Em suma, a experiência de VPMP revelou que a dimensão religiosa pode ser um fator importante na participação política juvenil, já que, como se observa no caso das comunidades evangélicas, os sentidos consolidados em torno à condição juvenil permitiram a emergência de todo um discurso que constrói o jovem como “agente da transformação social”, que o interpela a “ser relevante” e a ocupar espaços nas estruturas de poder para, a partir daí, “redimir a sociedade” através da divulgação de valores cristãos. Nesse discurso religioso, o espaço político se configura como um dos âmbitos privilegiados, onde o jovem cristão deve atuar. A colocação em circulação de tais narrativas inscreve no nível subjetivo do fiel jovem, com matizes diversas, a necessidade de formar-se e envolver-se politicamente.

A capitalização desse discurso evangélico dirigido à juventude cristã por parte da direção de VPMP se cristalizou na conformação de uma base militante juvenil ativa e capacitada politicamente, que demonstrou que esta força latente, gerada no interior dos circuitos religiosos, dilui-se se não é mediada por mecanismos efetivos de representação e canalização das demandas. Como mostramos, a principal reivindicação da militância juvenil centrou-se na necessidade de que VPMP funcionasse com linguagem e regras políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS MACHADO, M. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

CASANOVA, J. **Religiones públicas en el mundo moderno**. Madrid: PPC, 1994.

MALLIMACI, F. Religión, política y laicidad en la Argentina del siglo XXI. In: DA COSTA, N. (Org.). **Laicidad en América Latina y Europa: repensando lo religioso entre lo público y lo privado en el siglo XXI**. Montevideo: CLAEH, 2006. p. 71-80.

MALLIMACI, F.; GIMÉNEZ BÉLIVEAU, V. Creencia e increencia en el Cono Sur de América. Entre la religiosidad difusa, la pluralización del campo religioso y las relaciones con lo público y lo político. **Revista Argentina de Sociología**, Buenos Aires, v. 5, n. 9, p. 44-63, nov./dez. 2007.

MOSQUEIRA, M. **Santa Rebellía**: construcciones de juventud en comunidades pentecostales del Área Metropolitana de Buenos Aires. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2014.

PACE, E. Políticas de Redención y Redención de la Política. **Ciencias Sociales y Religión**, Porto Alegre, v. 8, n. 8, p. 31-40, out. 2006.

SILVEIRA CAMPOS, L. De “políticos evangélicos” a “políticos de Cristo”: la trayectoria de las acciones y mentalidad política de los evangélicos brasileños en el paso del siglo XX al siglo XXI. **Ciencias Sociales y Religión**, Porto Alegre, v. 7, n. 7, p. 157-186, set. 2005.

VAGGIONE, J. Los roles políticos de la religión. Género y Sexualidad más allá del Secularismo. In: VASALLO, M. (Org.). **En Nombre de la Vida**. Córdoba: CDD, 2005. p. 137-169.

RESUMO

A proposta deste trabalho é apresentar algumas reflexões sobre as militâncias juvenis formadas a partir da identidade religiosa. A partir de uma perspectiva etnográfica, irei concentrar-me na participação política de jovens evangélicos no interior do grupo político-religioso “Valores para meu país” (VPMP). A fim de atingir este objetivo, dividirei a exposição em duas seções. Na primeira, caracterizarei este espaço político-religioso e na segunda, será enfocada apenas a experiência militante da equipe “juventude” de VPMP.

PALAVRAS-CHAVE: juventudes, religião, política.

DATA DE RECEBIMENTO: 24/04/2015

DATA DE APROVAÇÃO: 11/08/2015



Mariela Mosqueira

Doutora em Ciências Sociais e Socióloga da Universidad de Buenos Aires (UBA). Pesquisadora do CONICET no Programa Sociedade, Cultura e Religião do CEIL. Especialidade: Sociologia da Religião. Docente de graduação na Faculdade de Ciências Sociais da UBA e docente de pós-graduação na Universidad del Salvador, Argentina. Co-fundadora da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Juventudes e Religiões. marielamosqueira@gmail.com



FOTO Verônica Bem dos Santos

O que será o amanhã?

Expectativas de jovens sobre futuro, política e trabalho

Carolina Salomão Corrêa e Solange Jobim e Souza

Da realidade à representação: construir uma série para jovens brasileiros

Em agosto de 2013, uma empresa nos encomendou uma pesquisa para o desenvolvimento de uma série¹ destinada ao público jovem. O trabalho consistia em desenvolver e conduzir uma metodologia que permitisse traçar um perfil breve, porém consistente, do jovem brasileiro entre 15 e 25 anos. A intenção era que o mapeamento do comportamento² mais geral desse grupo etário permitisse identificar conflitos que pudessem ser representados de forma realista e interessante. Assim, o relatório consolidado da pesquisa serviria de diretriz para orientar roteiristas para a criação de uma série desenvolvida em torno de conflitos e causas identificadas como pertinentes para o público dessa faixa etária.

1 Conteúdo seriado, ficcional ou documental, veiculado na TV ou web.

2 Trata-se da construção de perfil identitário, que privilegia informações de âmbito íntimo concernentes a comportamentos típicos dos jovens pesquisados.

A investigação teve dois grandes focos. O primeiro referia-se a um perfil identitário que privilegiava informações de âmbito íntimo concernentes a comportamentos típicos, angústias, medos e ambições. O segundo teve seu foco nas relações dos jovens com séries e perfil de consumo de conteúdos. Este texto tem como objetivo descrever brevemente o processo da investigação – estratégias metodológicas e enfoques de análise – e apresentar algumas conclusões sobre esses jovens no que se refere a suas expectativas e receios em relação ao futuro. Embora a pesquisa tenha compreendido outros temas, sobretudo os referentes a séries e conteúdos, esse texto se debruça sobre os dados e narrativas relativas a trabalho, política e futuro. Essa opção decorre da percepção da centralidade desses temas no discurso dos jovens, representada na forma de mal-estares e controvérsias ligados ao viver o presente e pensar o futuro.

Deste modo, convergindo estatísticas e depoimentos, este artigo pretende apresentar as expectativas e receios que os jovens nutrem em relação ao futuro e o modo como expressam as angústias que geram. Esse trabalho conta também com uma interlocução bibliográfica, que nos auxilia a identificar e compreender as possíveis razões dos desconfortos e, por fim, pensar formas de interpretação desse contexto.

Como conhecê-los? Sobre a metodologia

Pesquisas sobre juventude não são difíceis de encontrar. Instituições públicas, na forma de secretarias dedicadas ao tema, organizações especializadas, fundações e agências privadas lançam periodicamente relatórios sobre o universo jovem. Frequentemente, essas investigações convergem dados estatísticos com análises especializadas sobre os temas contemplados na pesquisa. Em 2013, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em parceria com a Unesco³, lançou a “Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião da Juventude Brasileira”. O levantamento identifica temas de interesse e preocupação dos jovens, níveis de participação política e relação com pais e sociedade. No mesmo ano, a PUC-RS⁴, através do seu Núcleo de Tendências e Pesquisa do Espaço Experiência da Faculdade de Comunicação Social (Famecos), desenvolveu o Projeto 18/34. A pesquisa realizada com 1.350 jovens, com idades entre 18 e 34 anos, em 16 cidades brasileiras, teve como foco de investigação os hábitos de lazer e consumo; e os sonhos dos jovens brasileiros. Também em 2013, a agência Box 1824 lançou a pesquisa “O sonho brasileiro da política”; trata-se de uma ampla investigação sobre atuação política pela ótica dos jovens. Compreendendo o levante de junho de 2013⁵ como momento paradigmático, a pesquisa busca entender e ilustrar os sentidos construídos a partir do evento. Os dados mobilizados no levantamento questionam o estigma apolítico dos jovens e a aparente apatia em torno do assunto. As pesquisas citadas ilustram o universo de estudos que são produzidos periodicamente sobre o assunto.

3 Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

4 Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.

5 As jornadas de junho referem-se à onda de protestos que tomou o país em junho de 2013. O movimento teve como estopim o aumento das tarifas dos transportes públicos em diversas capitais do país, mas converteu-se numa ampla revolta contra as péssimas condições de vida nas cidades, contestação às arbitrariedades do governo e violações de direito pelo Estado.

Para traçar um perfil preliminar dos jovens, recorremos a pesquisas realizadas em 2013, incluindo as citadas, que tiveram como objetivo compreender o universo jovem contemporâneo no que se refere aos seus interesses, medos e aspirações. Além de servir como aproximação inicial ao tema, esse levantamento auxiliou-nos a identificar as lacunas temáticas nas pesquisas existentes e indicou os pontos que precisaríamos investigar no questionário. Deste modo, a ideia é que esse levantamento permitisse traçar uma compreensão breve sobre esse grupo etário, identificar pontos de interesse e, por fim, que servisse de base para identificar lacunas que precisariam ser exploradas na nossa investigação.

A opção por recorrer a essas fontes baseou-se na hipótese de que muitos dos dados que julgávamos relevantes conhecer já haviam sido levantados por pesquisas mais amplas, de âmbito nacional, com alta amostragem. Informações sobre ambições, medos, sexualidade e hábitos referentes a consumo, uso de mídias eletrônicas e sociais já haviam sido explorados por levantamentos anteriores.

O conjunto dessas informações constituiu parte significativa do perfil que desejávamos traçar. Assim, acessar esses dados a partir dessas pesquisas nos permitiu manter nossa pesquisa mais focada e enxuta. Sabíamos que um questionário extenso poderia ser exaustivo e isso poderia comprometer a qualidade das respostas, além do risco de reduzir o universo de questionados. O número excessivo de perguntas e o tom demasiado genérico poderiam desestimular possíveis respondentes. Assim, utilizamos o questionário para aprofundar questões concernentes a três esferas que percebemos pouco exploradas nas pesquisas consultadas: sexualidade, motivações e angústias, e preferências relacionadas às séries (temas, universos, mídias utilizadas).

Na segunda etapa metodológica, utilizamos a ferramenta do Google, 'google docs', para criar um questionário com 15 perguntas, que procuravam aprofundar as pistas fornecidas pelos levantamentos anteriores, conferindo-lhes especificidades que nos interessavam. Intitulado apenas de "Quem é você?"⁶, o questionário convidava os jovens a responder perguntas referentes ao seu universo íntimo (sexualidade, relações afetivas e angústias) e suas preferências em relação a séries e temas. Nessa etapa, 409 jovens nos ajudaram a construir uma ideia acerca do que angustia e o que deseja, em termos de conteúdos, a juventude entre 15 e 25 anos.

Por fim, em um terceiro momento da pesquisa, realizamos rodas de conversas⁷ com três grupos distintos de jovens. O objetivo desses encontros foi conferir uma discursividade

6 O questionário foi aplicado online e está disponível no link: bit.do/quemehvoce

7 A primeira roda foi realizada em um colégio público na zona oeste da cidade, com 20 adolescentes entre 15 e 19 anos. O segundo encontro ocorreu numa universidade pública na zona sul do Rio e contou com a presença de 17 jovens entre 18 e 25 anos. A última roda foi composta por cinco jovens entre 22 e 25 anos numa instituição particular, no centro da cidade. Ao todo, conversamos com 42 jovens com perfis etários e socioeconômicos distintos.

de às informações coletadas nas etapas anteriores. Para tanto, reunimos notícias⁸ que ilustravam os dados expostos pelas pesquisas e propusemos um debate acerca dos temas mais pertinentes à pesquisa. Seleccionamos quatro: sonhos e medos, mercado de trabalho, sexualidade e seriados. Dessa forma, apresentamos notícias com essas temáticas para desencadear a conversa com os jovens. É importante ressaltar que as notícias tinham como único propósito incitar o debate. Nesse sentido, embora o conteúdo da matéria fosse relevante, a abordagem dos temas era superficial. Por essa razão, optamos por reportagens breves, que pudessem ser compreendidas e debatidas em poucos minutos. Em todas as dinâmicas, dividimos os jovens em pequenos grupos e pedimos que lessem e discutissem o tema explicitado na notícia. Posteriormente, cada grupo apresentava sua notícia e a conversa com os demais participantes seguia a partir daí.

Uma observação importante sobre essas dinâmicas é o fato de as rodas terem “vida própria”, no sentido de que, embora a gente propusesse os temas a partir das notícias gatilhos, quem escolhia o que ia ser ressaltado ou negligenciado no debate eram os próprios participantes. Cada grupo e, em última análise, cada participante, elegeu o assunto que desejava debater a partir da notícia. Além disso, a natureza polifônica das rodas de conversa permitiu que as convergências e dissonâncias das preferências, posicionamentos e discursos fossem expostas, confrontadas e defendidas em grupo.

A consolidação das três etapas metodológicas nos permitiu conhecer os jovens pesquisados em dois aspectos, que nomeamos identitário e de consumo. O primeiro identificou os motivos de angústias e causas que mobilizam os jovens. O segundo, as preferências em relação a conteúdos e temas relacionados ao universo das séries (temas, gêneros, títulos) de modo específico.

Nesse texto, iremos privilegiar a análise dos aspectos identitários revelados na pesquisa, com foco especial nos principais anseios, medos e posicionamentos dos jovens frente a temas que julgamos relevantes nesse universo e para a pesquisa. A compreensão sobre a identidade desses jovens foi sistematizada em torno de três eixos temáticos: sonhos, trabalho e política. A observação das narrativas em torno desses temas revelou angústias em relação ao futuro profissional e o sentimento ambíguo entre a descrença e a esperança no futuro.

8 <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/11/pesquisa-mostra-que-jovens-brasileiros-querem-viajar-e-ser-feliz.html>

<http://f5.folha.uol.com.br/televisao/2014/09/1517327-friends-20-imortalizou-uma-juventude-que-nao-existe-mais.shtml>

<http://oglobo.globo.com/economia/emprego/empresas-terao-que-se-adaptar-para-reter-jovens-profissionais-da-geracao-z-13904611>

<http://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2014/09/1524208-a-sexualidade-e-um-assunto-que-desafia-diz-marcelo-tas-sobre-filho-transexual.shtml>

O que será o amanhã?

Sonhos

O desejo de conhecer o mundo e realização profissional lideram os sonhos dos jovens consultados pelo projeto 18/34, elaborado pelo Núcleo de Tendências e Pesquisa do Espaço Experiência da Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da PUC-RS. Segundo o levantamento, 66% dos jovens desejam conhecer o mundo e quase metade, 47,9%, almeja ser feliz no trabalho. A realização profissional e financeira é representada em outras formas de resposta, como “trabalhar e ganhar bem”, “ganhar muito dinheiro e acumular patrimônio” e em formulações mais nobres como “ser capaz de ajudar os outros”.

Nas rodas de conversa, além do sucesso profissional, constituir família e viver confortavelmente apareceram como desejos recorrentes. A maioria dos jovens contestou a afirmação de que conhecer o mundo seja um dos principais desejos dos jovens. Alexandra, 22 anos, explica que os jovens viajam porque adquirir o que realmente desejam é muito caro e, portanto, distante da realidade.

Eu prefiro ter meu apartamento e depois viajar, prefiro juntar dinheiro para ter uma coisa própria, pra depois sim viajar. Mas o que acontece muito também é, tipo eu, eu não tenho dinheiro para ter uma casa própria, mas eu tenho dinheiro pra viajar, aí eu viajo.

Nesse grupo, os jovens não falaram em riqueza, mas em conforto. Mais do que ganhar dinheiro, eles desejam gostar do que irão fazer. Nos encontros, alguns jovens relataram ambicionar mais uma atividade prazerosa e boa relação interpessoal com seus pares do que uma boa remuneração. No entanto, esse pensamento não é geral. Muitos ponderaram que o desejo de ter casa e posteriormente família “obriga” à submissão a trabalhos pouco prazerosos. Júlia, 23 anos, fala do equilíbrio entre identificação e necessidade.

Eu acho importante trabalhar num lugar que você se identifica com os valores, com as pessoas, com a forma de trabalhar, o que a empresa representa e se você seria feliz trabalhando lá por um bom tempo (...) mas ao mesmo tempo ninguém tá podendo recusar um emprego.

Ponderações como a de Júlia deixam claro que, embora o levantamento indique viagem e lazer como principais sonhos dos jovens, a questão do trabalho precede estas, uma vez que é ele que viabiliza a realização dos demais desejos.

Além de ser uma das maiores ambições da juventude, ou talvez por isso, o trabalho é também fonte de preocupação. De acordo com dados da Secretaria Nacional de Juventude, 34% dos jovens preocupam-se com seu futuro profissional. No questionário, incertezas em relação à carreira e medo do desemprego são os problemas que tiram o sono dos jovens consultados.

Korman Dib e Castro (2009) observam como a construção de um projeto profissional e o momento de inserção no mercado de trabalho têm se configurado como um período de crise na trajetória dos jovens. O ingresso no universo profissional é acompanhado de tensões, inquietações e questionamentos. As autoras observam, balizadas em estudos focados no universo do trabalho, que as profundas transformações sociais, políticas e tecnológicas das últimas décadas alteraram profundamente a forma como os indivíduos se relacionam com o futuro, o trabalho e o tempo. Diante disso, “as condições de construção de um projeto para a vida pessoal/profissional vêm se modificando substancialmente” (Korman Dib e Castro, 2009, p. 4). Nesse contexto, os jovens, por estarem no momento de tomar decisões e fazer planos, são os mais afetados.

Segundo dados da SNJ, educação e futuro profissional são os temas que os jovens mais gostariam de debater com seus pais e responsáveis. Em uma das rodas, Guilherme, 24 anos, ressalta a dificuldade que as gerações anteriores têm de entender o atual contexto.

Nossos pais têm até dificuldade de entender isso, a gente se forma na melhor faculdade, na dita melhor faculdade da área no Brasil, e tem dificuldade de conseguir emprego. Ter um curso bom já não é suficiente, já tem que ter pós, correr atrás de estar se atualizando sempre e saber que nunca vai ter a estabilidade que as gerações anteriores tinham.

Korman Dib e Castro (2009) observam que “o alto investimento direcionado aos jovens de classe média e média alta, como cursos de idiomas, prática de esportes, curso superior, intercâmbios, viagens etc. coloca-os em situação aparentemente privilegiada em relação aos demais” (Korman Dib e Castro, 2009, p. 5). No entanto, diante dos depoimentos de dificuldades e crises, “cabe questionar se os privilégios, traduzidos em facilidades no acesso a recursos e informações, estariam sendo confundidos com efetivas oportunidades de inclusão e desenvolvimento profissional” (Korman Dib e Castro, 2009, p. 5). O depoimento de Julia corrobora a análise das autoras.

Eu fiz três estágios em publicidade e larguei o que eu estava porque pensei ‘não quero ser efetivada nesse lugar que eu tô’. Viajei, fui fazer um curso (fora do país), voltei. Quando voltei, pensei ‘vou procurar uma vaga num lugar que eu goste, eu sou qualificada o suficiente para conseguir uma vaga legal, né?’ Não! Não que eu não seja qualificada, mas tá f... Eles têm uma vaga pra marketing, mas você também tem que ser designer, tem que ter web e ser também redator e eles querem pagar mil reais trabalhando sábado também. É só vaga assim.

Além das exigências absurdas por flexibilidade e as baixas remunerações, os jovens depoentes queixaram-se da insegurança do vínculo com a empresa. Embora trabalhe numa empresa que considera sólida e com um bom plano de carreira, Pedro, 25 anos, acredita que não há estabilidade no ambiente de trabalho. Ele argumenta que “sua estabilidade hoje está ligada a você matar um leão por dia, sua estabilidade de fato não é estabilidade, é uma ascensão, enquanto você estiver subindo, seu emprego tá seguro”.

Às incertezas quanto ao futuro e às tensões e dúvidas que marcam o momento da inserção profissional somam-se um contexto socioeconômico que agrava os desconfortos e um sentimento generalizado de descrença na política e nas instituições.

Política

Dos jovens consultados pela SNJ, 54% consideram a política muito importante, no entanto, apenas 9% se consideram politicamente atuantes; 34% se dizem interessados, mas sem atuação, e 38% declaram a falta de interesse e o não envolvimento. No questionário, menos da metade dos jovens, 44%, tem a política como tema de mobilização e interesse.

Esses dados vão ao encontro dos depoimentos coletados nas rodas de conversa. Em todos os encontros, os jovens reconheceram a atuação política como principal via para promoção de mudanças. No entanto, há um descrédito generalizado com as organizações e partidos. Ainda segundo dados da SNJ, apenas 17% dos jovens acreditam que os partidos políticos são a melhor forma de organização. Esses dados podem revelar uma crise de representatividade política, uma vez que o baixo engajamento político não revela desesperança ou pessimismo. De modo contrário, 91% dos jovens acreditam que a juventude pode mudar o mundo. Os jovens parecem apostar em ações mais autônomas, sem mediação. As mobilizações na rua, organizações coletivas e ação direta aparecem como principais maneiras de atuação política para melhorias. Engana-se também quem acha que o jovem considera suficiente reclamar pela internet. Embora 34% dos jovens utilizem esse meio para opinar e cobrar os políticos, a maioria aposta nas organizações coletivas – assembleias, fóruns, audiências públicas – como melhores espaços de atuação política. Os dados fornecidos pela SNJ nesse tópico mostram que os jovens não relacionam política representacional com engajamento político. Embora não reconheçam partidos e instituições como representantes de seus anseios, eles nomeiam diversas formas de atuação política.

Contudo, quando colocados em perspectiva com dados de outras pesquisas e depoimentos dos jovens, os números sobre atuação política, protagonismo juvenil e expectativa de melhorias revelam-se contraditórios. Nas rodas de conversa, a proximidade com as eleições presidenciais de 2014 desencadeou um discurso crítico e descrente nos políticos. No que se refere à política, o tom foi majoritariamente de descrença. Alexandre, 19 anos, não acredita que os meios existentes de mudança são suficientemente potentes e propõe a criação de novos, sem, no entanto, citá-los. Opina que “o jovem vai ser mudado, mas não vai mudar. Não dá para mudar (o mundo) com os meios próprios daqui, tem que subverter esses meios e arrumar outros”.

Nesse mesmo grupo, diante do consenso da impossibilidade de mudança, os jovens falaram em fugir para o campo, morar no interior, fundar uma “outra sociedade”. A tendência por soluções individualistas revelada pelos jovens se coaduna com os dados sobre expectativas de melhorias fornecidos pela “Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião da Juventude Brasileira” (anteriormente citada).

Os dados da SNJ expõem uma tendência individualista. Apesar da descrença na melhoria do mundo – apenas 36% dos jovens acreditam que o mundo vai melhorar nos próximos cinco anos –, 94% dos jovens confiam na melhoria de sua vida pessoal. É interessante perceber que, à medida que o universo se individualiza, o nível de esperança aumenta: as expectativas em relação ao país são um pouco mais otimistas, 44% dos jovens confiam na melhoria do Brasil nos próximos cinco anos, e 53% acreditam na melhoria do seu bairro. Ainda segundo o estudo, 68% dos jovens acreditam no esforço pessoal e no apoio da família como condições fundamentais para melhorar a própria vida. Para 47%, as políticas de governo são responsáveis por garantir seus direitos.

No entanto, embora o discurso descrente e de aparente passividade tenha sido amplamente enunciado, houve ponderações a esse respeito. Rodrigo, 17 anos, acredita que é preciso fazer escolhas e identificar possibilidades, afirmando que “hoje, o cidadão brasileiro não se importa com a política. Nessas eleições – ‘ah vou votar em qualquer um, vou votar branco, nulo’ – tá difícil escolher candidato. Mas se a gente não tentar ver algum ponto positivo em alguém aí, nunca vai mudar”.

No mesmo grupo, Daniel, 16 anos, argumentou que a política pode ser uma via, mas acha que não precisa “entrar para a política para fazer alguma coisa”. Ele acredita que a mobilização pode ser anterior e começar em espaços como a escola, por exemplo. Encontro e mutirões para promover melhorias nos espaços comuns e caros a eles, como a escola ou seu bairro, são atuações que Daniel considera uma forma de atuação política. Ele acredita que esses movimentos podem crescer e incentivar iniciativas parecidas em outros espaços.

A pesquisa “O sonho brasileiro da política” (2014) realizada pela agência Box 1824 revelou um grupo de jovens que o estudo nomeia “hackers da política”. Eles entendem os códigos do sistema e constroem uma nova lógica para transformá-los. Eles são apenas 16% do universo contemplado pela pesquisa, mas a sua atuação tem grande potencial. Assim como os demais jovens, os hackers atuam por causas e não se relacionam com partidos, embora não excluam o diálogo com instituições como forma de ação.

Conclusão

A partir da convergência de informações das três etapas metodológicas, foi possível afirmar que estamos diante de um grupo heterogêneo. Os jovens ouvidos na pesquisa equilibram descrença no futuro com confiança em dias melhores para si. Entretanto, divergem nos meios para alcançar essas melhoras. Pensam em política, mas a atuação ainda é tímida.

O ano eleitoral suscitou narrativas de descrença com o sistema político. No questionário e nas pesquisas nacionais, menos da metade dos jovens se interessa pelo tema da política, ainda que o julgue importante. Embora se reconheçam num contexto democrático, os jovens pesquisados não se sentem representados por pessoas ou instituições. Embora citem outras formas de organização como possibilidades de ação, poucos afirmam participar de movimentos nesse sentido. As mobilizações sociais que marcaram o ano de 2013 também não pareceram representar uma forma de manifestação política ou de exercício da cidadania na qual eles se reconheçam. De modo geral, houve silêncio ou desdém em torno das possibilidades e razões do evento. O cenário político, econômico e social do país os desagrada, mas há uma aparente passividade em relação ao tema e uma evidente desesperança.

Nesse sentido, a partir dos depoimentos dos jovens dessa pesquisa, foi possível perceber que não são as questões de cunho coletivo e social que estão mobilizando os jovens, mas, de modo inverso, é o seu universo pessoal que os angustia e mobiliza. A maioria dos jovens consultados revela uma profunda preocupação com seu futuro profissional e financeiro. O desemprego, o alto custo de vida e a dependência financeira dos pais ou responsáveis despontam como principais fatores de inquietação e angústia. Os jovens se preocupam com o porvir, mas têm dificuldades de nomear os meios para interferir em suas realidades. Nesse sentido, narram-se quase como que fadados a uma realidade desconfortável ou precária. No entanto, paradoxalmente, eles acreditam num futuro melhor para as suas vidas, mas não para as esferas coletivas. Parece haver uma esperança individual baseada nas próprias qualificações e esforço pessoal, demonstrando como o discurso da meritocracia está presente na ideologia amplamente difundida no campo social e revelada na fala dos jovens.

Nesse ponto, é possível afirmar que o contexto sociopolítico do Brasil e do mundo, na esfera mais ampla, dialoga de forma direta com esses mal-estares. Desde 2008, o mundo passa por crises econômicas severas. A Europa, que foi sempre modelo de conforto e prosperidade, se recupera com dificuldade das sucessivas crises e ainda experimenta altas taxas de desemprego entre os jovens. Itália, Portugal e França veem seus governantes⁹ alterarem seus estatutos trabalhistas, impondo perdas de seguridades sociais históricas. Na América Latina não é diferente. Ainda que o Brasil tenha experimentado um contexto de aumento do emprego formal, os jovens ainda constituem a faixa etária mais vulnerável ao desemprego, à desocupação e a vínculos de trabalho precários. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)¹⁰, 2014 fechou com decréscimo de 64% em relação ao ano anterior na criação de empregos formais. Deste modo, é possível afirmar que existe um desconforto sentido e expressado pelos jovens, e um contexto socioeconômico que o favorece e justifica.

9 <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/34638-europa-mexe-na-lei-trabalhista-contra-crise.shtml>

10 <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/pais-criou-396993-vagas-de-emprego-formais-em-2014.html>

Assim, encontrar meios para solucionar problemas que são comuns a essa faixa etária é o desafio que está posto para o poder público, mas também para os próprios jovens. Os discursos apresentados nas rodas de conversa mostraram uma aparente solidão. A angústia deriva de um sentimento de isolamento e ausência de horizontes. Nesse sentido, nos parece claro que o primeiro passo é a compreensão por parte dos jovens de se tratar de uma questão global, e o segundo é o reconhecimento do seu potencial enquanto agentes de mudança. Como evidenciou o estudo “O sonho brasileiro da política”, da agência Box 1824, há um grupo ainda minoritário, mas com grande potencial de mobilização, que vê na crise brechas para o encontro e a inovação. O levante de junho mostrou que a comunicação em rede é capaz de promover pequenos, mas significativos abalos nos consensos. A prática de reuniões, assembleias e atos indicou que, uma vez identificadas as demandas, os jovens são capazes de se reunir e mobilizar-se por causas que julgam importantes. Os movimentos globais têm demonstrado o papel central da juventude nesses processos. As acampadas desde Wall Street, passando por Madri, Istambul e, mais recentemente, Hong Kong, embora sem lideranças, têm em comum um forte protagonismo da juventude dessas cidades.

Assim, se por um lado esses movimentos evidenciam uma crise de representatividade aguda, eles também lançam luz sobre outras formas de organização e novas possibilidades de atuação política. A autonomia dos participantes, a horizontalidade e as construções coletivas próprias das manifestações globais pró-democracia são evidências de uma nova forma de se organizar. Identificar as possibilidades de ressignificar a política é o desafio que está posto a esses jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOX 1824. **O sonho brasileiro da política**. Disponível em: <http://sonhobrasileirodapolitica.com.br/> Acesso em: 8 de outubro de 2014.

KORMAN DIB, S.; CASTRO, L. R. O trabalho é projeto de vida para os jovens? **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP)**, v. 13, n. 1, pp. 1-15, 2010.

FAMECOS/PUC-RS. **Perfil do Jovem Brasileiro**. Disponível em: <http://portal.eusoufamecos.net/estudo-da-famecos-revela-comportamento-do-jovem-brasileiro/> Acesso em: 1 de setembro de 2014.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Perfil da Juventude Brasileira**. Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/uploads/perfil_juventude_brasileira.pdf Acesso em: 8 de outubro de 2014

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião da Juventude Brasileira**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pesquisa%20perfil%20da%20juventude%20snj.pdf> Acesso em: 1 de setembro de 2014.

RESUMO:

A partir de uma experiência de pesquisa para o desenvolvimento de uma série dedicada ao público jovem, esse artigo destaca as expectativas desse grupo etário em relação ao futuro, trabalho e política. Convergindo dados estatísticos e depoimentos, percebemos que o futuro narrado pelos jovens é permeado por incertezas e o momento da inserção profissional é vivenciado entre tensões e dúvidas. Somado a isso, há um contexto sociopolítico que não inspira confiança e um sentimento difuso de descrença na política e nas instituições. Esse texto tem como objetivo descrever brevemente o processo da investigação – estratégias metodológicas e enfoques de análise – e apresentar algumas conclusões sobre o modo como os jovens manifestam as angústias geradas pelas temáticas do trabalho, política e futuro. Essa opção decorre da percepção da centralidade desses temas nos discursos dos jovens representada na forma de mal-estares e controvérsias ligados ao viver o presente e pensar o futuro.

PALAVRAS- CHAVE: juventude, futuro, trabalho, política.

DATA DE RECEBIMENTO: 13/03/15

DATA DE APROVAÇÃO: 02/07/15

**Carolina Salomão Corrêa**

Doutoranda em Psicologia Clínica na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil. Possui graduação em Comunicação Social pela mesma instituição. É Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2010). É membro-pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa da Subjetividade – GIPS.

krolsalomao@gmail.com

**Solange Jobim e Souza**

Doutora. Professora Associada do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio, Brasil. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa da Subjetividade – GIPS, no Departamento de Psicologia da PUC-Rio, Brasil.

soljobim@puc-rio.br

Conflito armado na Colômbia e suas consequências para crianças e jovens

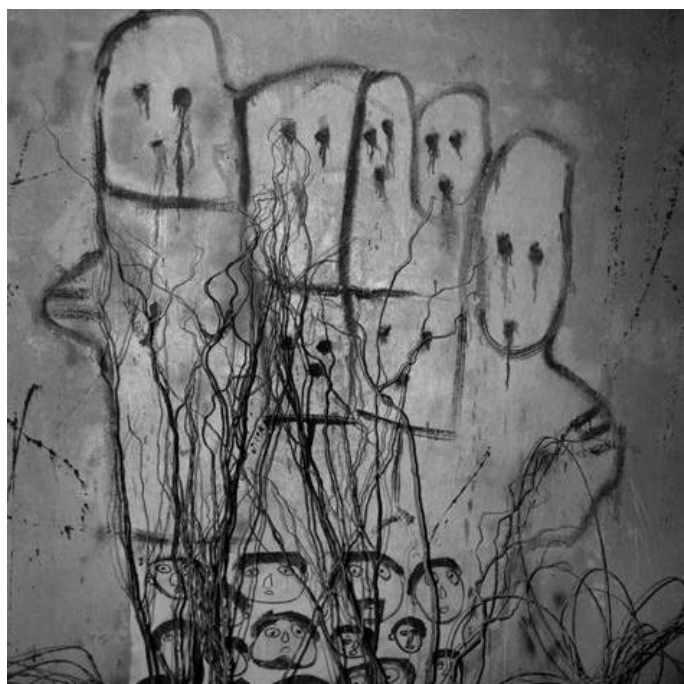


IMAGEM Roger Ballen

ENTREVISTA DE
Paulo Cesar Pontes Fraga

COM
Germán Muñoz González

Paulo Fraga: Gostaria de saber mais sobre sua trajetória como militante, professor e pesquisador sobre o tema infância, adolescência e violência na Colômbia.

Germán Muñoz: Sou professor na Universidade de Manizales, uma província perto de Bogotá, a capital, onde eu moro. Sou coordenador de uma linha de pesquisa chamada “Jovens, Culturas e Poderes”, no Doutorado em Ciências Sociais, Infância e Juventude, que é muito importante por sua produção científica na área de estudos sobre juventude. Na nossa linha de pesquisa, temos nos voltado mais recentemente para os debates e temas de pesquisa relacionados com duas grandes categorias que são importantes hoje, no mundo em geral, e em particular na América Latina e Colômbia: necropolítica e juvenicídio. Os temas relacionados à infância e juventude estão ligados. Na Colômbia e na região latino-americana, falamos do impacto da violência sobre crianças, adolescentes e jovens, pois esta problemática se encontra diretamente relacionada com os temas infância e juventude. Eu me ocupo mais com o tema “jovens” e nesse campo se situa minha pesquisa atual.

Paulo Fraga: A Colômbia, como outros países do continente, tem atravessado muitos problemas relativos à violência nas últimas décadas, mas, no caso colombiano, existem particularidades relacionadas com a questão da guerrilha e do narcotráfico. Sabemos que, nos últimos anos, há avanços nas negociações de paz, mudanças da política do governo. Como está a situação do conflito armado na Colômbia atualmente e que impacto tem sobre crianças, adolescentes e população em geral?

Germán Muñoz: Quando falamos da Colômbia e do tema da guerra, do conflito armado, estamos falando de uma longa história de um pouco mais de 60 anos, que principalmente tem antecedentes, por razões muito diversas, na luta pela terra. Outras causas mais recentes, desde os anos 1970, têm sido a irrupção do narcotráfico e, posteriormente, da paramilitarização. A pobreza, precariedade, situação de injustiça e o lugar que o Estado tem ocupado neste conflito armado, mesmo que de diversas formas influenciem diretamente toda a população, afetam de maneira particular as crianças, adolescentes e jovens.

A guerra tem atingido mulheres e homens, tem traumatizado e prejudicado as famílias e comunidades, e segue sendo parte da vida da comunidade nacional, apesar de estarmos num processo de negociação de paz em Havana, onde se encontram na mesa de negociações representantes da guerrilha das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o governo nacional. A negociação já dura mais de dois anos e ainda não foi concluída, encontra-se num ponto crítico. Já se alcançaram avanços significativos, porém, há muitas forças obscuras da economia e da política nacional que não estão interessadas em que o processo tenha sucesso.

As marcas da guerra têm sido muito destrutivas, mas a população civil tem sido a mais vulnerável, especificamente as crianças, que têm sofrido danos e consequências segundo suas idades, experiências de vida e condições do entorno. É preciso dizer que a guerra na Colômbia tem causado a morte de milhares de crianças, algumas nos massacres, outras nos enfrentamentos armados. As crianças têm falecido também por causa de campos minados, por incursões e ataques nos seus povoados, têm sido vítimas de quase todas as modalidades de violência. Podemos dizer que, aproximadamente, dois milhões e meio de crianças têm sido deslocadas; 70.000 têm sido vítimas de violência sexual, desaparecimentos forçados, homicídios, minas antipessoas e recrutamento forçado nas facções da guerrilha e paramilitares.

As crianças têm experimentado a violência de maneira dramática e crua, porque têm sido testemunhas de fatos atroz, como o assassinato e tortura de seus pais, mães, familiares e vizinhos, incêndio e destruição de seus lares, animais e objetos pessoais. Elas têm ficado com marcas permanentes em seus corpos, têm tido seus membros amputados por minas antipessoas; têm sofrido abuso sexual, tortura, recrutamento ilícito, treinamento para a guerra por parte dos grupos armados; têm sido recrutadas por esses grupos armados, entregues para serem criadas pelas famílias de seus capturadores, arrancadas de suas famílias e comunidades; e os que sobrevivem, fogem da guerra em condição de deslocamento forçado. Tudo isso faz parte de uma história que ainda hoje se vive em muitos territórios do país.

Paulo Fraga: Duas questões que você mencionou chamaram minha atenção. Primeiramente, a questão dos deslocamentos forçados. Sabemos que a Colômbia foi durante muito tempo o país do mundo com maior número de deslocamentos forçados de pessoas internamente no seu território; hoje, qual é a situação a esse respeito? Quais são os territórios com maiores conflitos neste sentido? Depois, qual é a situação das crianças e adolescentes nesses territórios que historicamente têm sofrido maior violência?

Germán Muñoz: Quando mencionamos deslocamentos forçados, falamos de aproximadamente cinco milhões de colombianos que têm vivido esta grave situação. Quem sofre deslocamentos, abandona tudo: suas casas, amigos, sua história, biografia etc. Cerca de 70% dos deslocados são menores de 18 anos. É uma situação muito grave, que também se apresenta nas cidades, não somente nos territórios da periferia ou áreas rurais. Dentro das cidades, acontecem também, permanentemente, deslocamentos forçados, porque, quando estes camponeses e indígenas deslocados chegam às cidades, não encontram acolhida, nem atenção. Não existem programas coerentes nem políticas públicas estruturadas para atendê-los e, nos bairros da periferia onde vão morar, seguem recebendo o fustigamento de forças armadas de diferentes tipos, que consideram que, como fugiram, faziam parte de algum grupo armado; assim, os deslocados continuam marcados e segregados.

Quando as crianças deslocadas vão às escolas, são identificadas como os filhos de deslocados e sofrem igualmente essa discriminação. É uma situação que continua fazendo parte da vida nacional e, embora exista uma unidade de restituição de terras e de atenção a vítimas por parte do governo de Juan Manuel Santos, o atual presidente, não é claro que os camponeses conseguirão receber de volta as terras que lhes foram furtadas porque há muitos interesses implicados e, quando eles voltam a seus territórios, ainda existe a possibilidade real de serem novamente vitimizados por quem se apoderou ilicitamente das terras.

Os impactos diretos do deslocamento em crianças e adolescentes são o desenraizamento, degradação da qualidade de vida, amontoamento, fome, enclausuramento nos lugares onde se estabelecem de forma precária, porque a vida nas cidades os confronta com muitas humilhações, exclusões, discriminações raciais, étnicas, de classe etc. Enfrentam humilhações por sua origem étnica, cor da pele, costumes camponeses, modos de falar, tudo o que implica degradação em situações que são geralmente de extrema pobreza. Isto incide sobre a identidade, a autoestima de crianças e adolescentes e o desenvolvimento de suas personalidades, que se encontram em processo de formação. Sem dúvida, trata-se de fatos que têm um grande impacto na vida do país. Apesar disso, não parecem ser objeto de atenção.

Em quais territórios há conflito armado? A guerra, com todas as suas implicações de violência permanente, bombardeios, perseguição, enfrentamentos nos quais a população civil fica no meio do fogo, acontece com mais frequência nas áreas da periferia afastadas das grandes cidades. Fala-se que, na Colômbia, metade do território, ou seja, o sul do país, tem sido desde há muito tempo território da guerrilha, e o norte, aproximadamente a outra metade do país, tem sido território de paramilitares, exércitos de contingência patrocinados por pecuaristas, grandes latifundiários e, inclusive, pelo próprio

Estado, em franca convivência com as ações violentas. Então, não existe uma única faixa do território na qual a guerra está acontecendo, porque ela acontece em quase todo o território nacional e, dentro das cidades, existem igualmente disputas territoriais. Em geral, as consequências do conflito armado afetam todo o país.

Não obstante, no caso de você vir de férias a cidades como Bogotá, Cali, Medellín e/ou Cartagena, usualmente não vai perceber o conflito armado. De fato, esta área de proteção urbana praticamente se encontra à margem do conflito armado, porque se tenta não enxergá-lo; porém, é um conflito que afeta transversalmente toda a vida nacional.

Paulo Fraga: Além das mudanças no atual governo, em comparação ao anterior, em relação à questão de tentar pôr fim ao conflito armado, também se produzem mudanças em relação às políticas para adolescentes e crianças?

Germán Muñoz: Quando falamos do governo atual, o governo Santos, estamos falando de um governo que com certeza tem continuidade com o governo anterior, ou seja, o governo [Álvaro] Uribe [Vélez]. O governo Uribe foi o primeiro governo reeleito na Colômbia, que esteve um período muito longo no poder, supostamente para acabar de ‘pacificar’ o país, mas o confronto armado continuou com níveis semelhantes. No final do século passado, a violência atingiu um nível muito elevado e com o “Plan Colombia” [“Plano Colômbia”], apoiado pelos Estados Unidos, virou uma guerra com armamento muito mais pesado e tecnologia sofisticada. Santos foi o Ministro de Defesa no governo Uribe, por isso, digo que existe continuidade total entre os dois governos. Não se trata de uma postura nova, senão de uma postura de continuidade na forma de enfrentar a guerra.

Apesar disso, no governo de Santos, o diferencial tem sido o tema da paz ou da negociação do conflito armado na mesa de Havana. Esta negociação começou sem a presença de todos os atores da sociedade civil. Somente alguns deles assistiram, quase em segredo. Gradualmente, a negociação foi se abrindo e tem sido um pouco mais conhecida por parte da sociedade colombiana.

O que acontece com as crianças e os jovens no meio desta situação? Ontem [22 de junho], tomou posse o novo Ministro de Defesa e, curiosamente, a partir deste momento, a Procuradoria da República trouxe à tona o tema da responsabilidade dos militares em relação aos chamados “falsos positivos”.

Quando me apresentei, no começo da entrevista, falei do juvenicídio: tema do meu interesse de pesquisa. Eu entendo o juvenicídio como crimes de Estado, práticas que têm sido socialmente aceitas e que estão associadas com numerosas e diversas formas de atentar contra a vida dos(as) jovens, formas que não são exclusivas da Colômbia. Por conseguinte, o assunto dos assassinatos sistemáticos de jovens, os atentados contra a vida digna de jovens e a forma como, através dos meios de comunicação, eles são apresentados e marcados como perigosos, sujeitos que representam um risco para a sociedade, permitiram que ocorressem cerca de 5.700 assassinatos sistemáticos cometidos pelo Exército Nacional da Colômbia durante os anos do governo Uribe, particularmente, de 2002 até 2010. Estes assassinatos foram chamados “falsos positivos”.

Recrutavam jovens, prometendo-lhes trabalho, por exemplo, ou capturavam jovens camponeses em seus pedaços de terra, em diversas regiões do país. Depois, eles eram vestidos como guerrilheiros e apresentados aos meios de comunicação como guerrilheiros mortos em combate, para assim cobrar recompensas por seus corpos. Isso foi feito por muitos batalhões ao longo do país. Em termos da “segurança democrática”, nome que recebeu o plano de governo de Uribe, tratava-se de combater organizações da guerrilha e do terrorismo, mostrando resultados e apresentando “baixas”. Na realidade, foram mais de cinco mil assassinatos, que correspondem, na maior parte, a jovens de camadas populares e camponeses, com responsabilidade política, claramente, do Estado colombiano.

Considero que estes fatos mostram uma política implícita dos governos nacionais. Política que, é claro, não aparece referida em nenhum documento, porque, no lugar disso, se fala em termos da luta contra o terrorismo, ou a guerrilha, mas, na realidade, os fatos mostram outra política, que não se enuncia abertamente e que definitivamente afeta a vida de crianças e jovens através das execuções extrajudiciais. Como podemos entender o que significa ser criança no meio da guerra, quando crianças e jovens são apresentados como guerrilheiros e assassinados em meio a situações atroz? É preciso enfatizar que se trata de uma guerra com um nível de atrocidade desmedido, enquanto o Estado lava as mãos ante este tipo de situação.

Paulo Fraga: Você falou de uma questão fundamental, o juvenicídio. Nós, no Brasil, não temos uma guerra civil, como na Colômbia, mas temos uma situação muito grave em relação aos jovens assassinados. As principais vítimas de homicídios no Brasil são os jovens, e hoje há um litígio, uma luta muito forte no nosso país, sobre o tema da redução da maioridade penal para 16 anos. Os setores conservadores trabalham com dedicação para transformar a lei. Hoje, no Brasil, temos um Congresso muito conservador, que contribui para que a lei seja transformada. Esses setores conseguiram colocar em pauta a questão da diminuição da maioridade penal. Gostaria de saber qual é a situação da Colômbia neste sentido, assim como sua opinião sobre a redução da maioridade penal. No Brasil, dizem que os jovens com 16 anos sabem muito bem o que estão fazendo, portanto, eles devem assumir a responsabilidade pelos crimes que cometem, ainda que a maioria dos crimes violentos sejam cometidos por adultos.

Germán Muñoz: Depois de quase dez anos de vigência do Sistema de Responsabilidade Penal para Adolescentes, não existe uma política que enfrente o fenômeno da justiça juvenil, nem justiça juvenil específica e pedagógica pensada para jovens em conflito com a lei, e menos ainda, medidas preventivas para dissuadir os jovens de escolher o caminho do delito. Deveríamos contar com mais política social e menos política criminal para os jovens na Colômbia.

Na Colômbia, não é somente o Congresso, nem o governo, mas a maioria da sociedade que é conservadora demais; e esse modo de pensar, essa ideologia conservadora, expressa-se nos meios de comunicação, nas leis, em temas como, por exemplo, o matrimônio igualitário, o consumo moderado de substâncias psicoativas etc. Temas que aqui dificilmente poderão ser legislados, porque a igreja, o exército, a polícia, a sociedade em geral não aceitam sequer que sejam objeto de debate.

O tema do juvenicídio, como você expressa muito bem na sua pergunta, não é exclusivo desta sociedade colombiana nem da mexicana. A palavra juvenicídio começa a entrar em cena, através de livros, da academia e dos meios de comunicação, a partir de José Manuel Valenzuela, pesquisador do tema dos jovens e da cultura no México que, num livro seu chamado “Sed de Mal” [Sede de Mal], se refere ao tema juvenicídio associado ao tema feminicídio.

Quando falamos de juvenicídio no contexto latino-americano, não falamos de fatos isolados, não são erros, nem crimes cometidos contra jovens vinculados à delinquência, à ilegalidade. Estamos falando de que em todos os países da América Latina, nestes tempos, mas também desde tempos mais antigos, têm existido permanentemente políticas sistemáticas bem dissimuladas, através das quais pode ser rastreado o objetivo de atentar contra a vida dos jovens. Você menciona o Brasil, evidentemente; basta ler as estatísticas de assassinatos de jovens no Rio de Janeiro. O mesmo acontece no México (lembramos Tlatelolco), a “Noite dos Lápis”, na Argentina; teríamos que falar dos massacres em Lima (na Universidade de San Marcos), do casarão universitário em Guayaquil, no Equador; dos 43 jovens normalistas de Ayotzinapa, no México, que recentemente têm gerado um movimento muito forte de indignação.

Quando hoje falamos de juvenicídio, para muitos pesquisadores latino-americanos, estamos falando de todas as formas de atentar contra a vida digna, contra a vida ‘decente’ de jovens, mediante atentados contra suas possibilidades de emprego, na dimensão econômica; atentados contra a participação, na dimensão política; atentados contra uma adequada representação midiática, através das formas simbólicas; e, é claro, atentados contra a vida propriamente dita.

Então, acho muito útil fazer-nos uma pergunta arrepiante e dolorosa: por que morrem os jovens hoje nos países da América Latina? A resposta na Colômbia ou no México (ver trabalhos de Rossana Reguillo), ou em São Paulo (ver resultados do grupo de pesquisa de Silvia Borelli e Rita Alves) etc., revela que os jovens se matam ou os matam, ou seja, se suicidam ou são assassinados. Logo, a tendência observável em escala global evidencia que os jovens morrem fundamentalmente por causa da violência e os números são aterradores. Reguillo, a pesquisadora mexicana, diz que no México, em 2012, morreram 20.700 jovens, ou seja, mais de 20.000 filhos, irmãos, estudantes, esposos e pais jovens; mais da metade deles morreram por causa da violência direta.

No caso colombiano, considero muito significativo compreender que muitos jovens que têm sido mortos, no meio do conflito armado, têm sido mortos por causa de crimes de Estado. Eles têm sido assassinados por razões de conveniência política. O autor camaronês Achille Mbembe, no livro “Necropolítica”, fala justamente, não da “nuda” vida da que falava Agamben, mas da “nuda” morte. Estamos falando de uma forma sistemática de administrar a morte na sociedade contemporânea. Ou seja, a sociedade hoje, através de seus mecanismos de poder, decide quem merece viver ou morrer e, aparentemente, entre os que devem morrer se encontram mulheres e jovens, e isso é o que se chama necropolítica.

Considero que quando falamos dos “falsos positivos”: que constituem o juvenicídio mais significativo e atroz da recente história colombiana, em que mais de cinco mil civis, cidadãos comuns, de setores populares que não estavam implicados na guerra, que viviam em seus bairros, em suas veredas, no campo e nos povoados de todo o país, foram feitos prisioneiros, sequestrados, assassinados, disfarçados como guerrilheiros –, estamos falando de crimes de Estado, sobre os quais o Estado colombiano não vai querer falar, já que não admite ser acusado como autor desses crimes, que afetam crianças e jovens numa grande proporção.

Paulo Fraga: No Brasil, eu estou trabalhando o tema do envolvimento de agricultores, trabalhadores rurais, com o cultivo de ‘cannabis’. O Brasil produz cerca de 30, 40% da ‘cannabis’ que se consome no país. Gostaria de saber o que está acontecendo na Colômbia com a produção de cocaína e outras substâncias consideradas ilegais para o consumo e sobre a participação de jovens e crianças nesta atividade de produção.

Germán Muñoz: Não existe uma participação direta de crianças e jovens na produção de coca, ‘cannabis’ ou das substâncias psicoativas em geral. Os que moram nos territórios onde existem os cultivos, os chamados ‘raspachines’ (coletores das folhas), fazem esta atividade para sobreviver. Há muitas regiões da Colômbia, onde os cultivos de coca, ‘cannabis’, papoula estão em territórios cujos habitantes cultivam muitas outras plantas para sua alimentação. Os que moram lá não são produtores, são mão de obra contratada pelos donos dos cultivos, por grandes narcotraficantes e pelas guerrilhas, já que é uma fonte muito grande de riquezas para suas empresas; eles estão envolvidos porque moram lá e fazem a colheita nas plantações. Os consumos de psicoativos têm crescido ou se mantêm, mas, na Colômbia, estão proibidos, são perseguidos por acordos com o governo dos Estados Unidos. Não é como no Uruguai, onde existe uma regulação do consumo por parte do Estado. Como falei anteriormente, a Colômbia é uma sociedade muito conservadora, onde esses temas não são discutidos abertamente, muito menos a legalização das drogas.

Paulo Fraga: Como a academia, na Colômbia, através de suas pesquisas, de suas formas de participar, responde a esta situação tão desafiadora e difícil, que é o juvenicídio, aos diversos tipos de violência contra crianças e adolescentes? Como participa a academia, que postura assume ante esta grave problemática social?

Germán Muñoz: Os centros de pesquisa começaram a tomar consciência e a colocar na sua agenda, desde os anos 1990, o tema dos jovens. De fato, não somente na Colômbia, mas na América Latina e em quase no mundo inteiro, as crianças e jovens ganharam visibilidade há não mais de 20, 30 anos. O tema ‘mulheres e gênero’ tem uma tradição mais longa e um acervo muito mais forte e significativo de produção científica. Quando falamos de crianças e jovens, devemos lembrar que, em 1985, a ONU declarou, pela primeira vez, o famoso Ano Mundial da Juventude e a partir desse momento entrou nas agendas públicas o tema juventude.

O tema ‘infância’ tem uma agenda um pouco mais antiga. Desde 1991, a Convenção Internacional dos Direitos da Infância, assinada pela grande maioria das nações do mundo, coloca na sua agenda pública o tema da infância, mas o tema juventude entra lenta-

mente, com menor profundidade e reflexão, porque não existe uma diferença muito clara entre o que é uma criança ou um jovem, ainda se fala de adolescentes, de puberdade, e não é claro de quais populações estamos falando.

Já não parece tão importante fazer essas diferenciações etárias, porque a academia tem gerado mudanças significativas na forma de compreender hoje o que significa ser jovem e, mais ainda, compreender a condição juvenil. Apenas na última década do século passado, o tema entra nas agendas públicas; por sua vez, em abordagens mais recentes, as práticas juvenis entram nas agendas de pesquisa e nos meios de comunicação, práticas musicais, práticas do corpo, que emergem como práticas de resistência.

No ano 2000, começou um doutorado em infância e juventude que tem seu epicentro na cidade de Manizales. Contar com um doutorado neste tema expressa a importância que a academia começa a lhe outorgar, mas eu penso que em temáticas como juvenicídio, nem a academia, nem as políticas públicas, nem os meios de comunicação têm tido clareza. É um tema que apenas há um ou dois anos começa a emergir; na minha opinião, nem a direita, nem a esquerda, nem os governos locais ou nacionais têm conseguido entender essencialmente a gravidade do assunto ou lhe dar a importância que merece.

Desde 2002, começam a ocorrer os “falsos positivos”, mas, na Colômbia, a história da violência armada contra crianças, jovens e a população civil é uma longa história de 60 anos. Entretanto, se você ler o documento do Centro Nacional de Memória Histórica¹, um documento de 250 páginas, ou os 12 ensaios da Comissão Histórica do Conflito e suas Vítimas², de mais de 850 páginas, nesses dois documentos que estão na mesa de negociação de Havana, o tema dos jovens não aparece, não está presente, é mencionado apenas de forma muito tangencial. Os jovens não têm sido representados na mesa de Havana.

A academia tem uma dívida grande em relação ao tema da juventude e está começando a prestar atenção a suas formas de resistência, às novas formas de ação coletiva. A ação coletiva juvenil é um tema fundamental que tenho trabalhado nos últimos cinco anos de pesquisa. Através das formas de ação coletiva, os jovens enfrentam decididamente as formas de governo e o horror. O horror, como categoria de análise, é o assunto fundamental sobre o qual é necessário promover um deslocamento analítico para reconfigurar nossa maneira de interpretar o mundo no qual hoje vivem, ou melhor, morrem, os jovens, sem que exista por parte da sociedade uma postura clara para enfrentar esta morte crua, esta necropolítica.

Paulo Fraga: Gostaria de fazer uma última pergunta: onde está a luz ao final do túnel? Na sua opinião, quais seriam as principais medidas que devem ser tomadas para que aconteça uma mudança ou uma melhora na situação de crianças e adolescentes, em relação ao que você chama necropolítica e juvenicídio na América Latina, especificamente na Colômbia?

1 <http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/informeGeneral/>

2 <http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/oacp/Pages/informes-especiales/resumen-informe-comision-historica-conflicto-victimas/el-conflicto-y-sus-victimas.aspx>

Germán Muñoz: A vida dos jovens começa a ser colocada como objeto de reflexão pública no mundo inteiro; começa-se a falar sobre o que está acontecendo a partir do horror chamado Ayotzinapa, o horror chamado “falsos positivos” na Colômbia, o horror de muitos lugares na América Latina, onde a violência contra indígenas, contra jovens camponeses está um pouco mais oculta, mas nem por isso é menos forte.

O livro que está no prelo, “Prohibido Olvidar” [Proibido Esquecer], tem um capítulo inteiro de pesquisadoras brasileiras tratando o tema do assassinato sistemático de jovens indígenas em diversas regiões do Brasil. Todo esse horror é um horror que não tem se tornado público e sobre o qual as sociedades latino-americanas ainda não têm uma postura clara, mas todo esse horror, que começa a ganhar luz pública, vai nos obrigar, primeiro, a prestar atenção a este modo de violência contra crianças e jovens. Segundo, vai tornar visíveis as crianças e jovens como sujeitos afetados pela violência, mas também como protagonistas do presente e do futuro, porque visibilizá-los é uma tarefa pendente, nos acostumamos a vê-los como perigosos, como causadores de problemas, mas não os temos visto como protagonistas, atores sociais do presente e do futuro. E terceiro, esta visibilidade está fomentando um diálogo coletivo, através do qual os atores sociais descobrem um “nós” que não estava sozinho, senão que compartilhava desesperanças e solidão, e no meio de toda esta violência, crianças e jovens estão tomando a palavra, estão aparecendo publicamente.

Quando eu falo de ação coletiva juvenil, o que considero importante é que surge um rosto jovem diverso, mutável. Este setor da população está convocando toda a sociedade para gerar uma nova forma de vida, uma reformulação dos modos de pensar, uma reconfiguração dos significados da vida social para transformar o alicerce da sociedade, para compreender o mundo de outra maneira, para postular com sua ação um mundo distinto, um mundo onde caibam muitos mundos; e isto vai ter relação com todos os grandes temas que hoje inquietam os jovens, por exemplo, a mudança climática, o cuidado com a natureza, de modo que, como está estabelecido nas Constituições Nacionais do Equador e Bolívia, o fundamental seja o bem viver mais do que o desenvolvimento selvagem, o bem viver mais do que o consumo, onde sejam considerados os direitos à água, à terra, das comunidades e de todos os atores sociais, entre eles, crianças e jovens, com suas vozes e suas formas de ação.

Paulo Fraga: Doutor Germán, muito obrigado por conceder-nos esta entrevista, por vinculá-la com seu trabalho, que consideramos muito importante.

Germán Muñoz: Eu também estou muito agradecido a você e a DESidades pelo convite. Estarei no JUBRA³ em setembro próximo, espero poder nos conhecer pessoalmente.

3 VI Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, com realização no Rio de Janeiro, Brasil, de 10 a 12 de setembro de 2015.

PALAVRAS-CHAVE: conflito armado, Colômbia, crianças, juvenicídio, deslocamento.



Germán Muñoz González

Doutor em Ciências Sociais, Infância e Juventude (Centro de Estudios Avanzados de la Universidad de Manizales: CINDE, Colômbia). Docente e pesquisador em Ciências Sociais com especialização em Estudos Culturais, nas áreas da Comunicação, Sociologia da Juventude, Educação e Desenvolvimento Social na Universidad de Manizales, Colômbia.

germancitom@yahoo.es



Paulo Cesar Pontes Fraga

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Especialista em estudos sobre Violência, Direitos Humanos, Droga e Política Pública.

pcp_fraga@yahoo.com.br

El trabajo adolescente y la migración de Bolivia a Argentina: entre la adultez y la explotación

de María Inés Pacecca

RESENHA POR

María Celeste Hernández

**Migrar da Bolívia,
trabalhar na Argentina.
Uma análise dos deslocamentos
geográficos e sociais de crianças e
adolescentes que foram casos.**



Os atores que cruzam as fronteiras nacionais, que constituem o foco deste livro, são adolescentes e crianças. Para quem o são? Esta é uma das perguntas que busca responder o texto. Em que momento? Uma outra pergunta que poderíamos incluir, considerando a temporalidade abordada na obra. Trata-se de um tempo que começa com a vida desses atores na Bolívia e a proposta, decisão ou incentivo de deixar seu país natal para migrar à Argentina. Também o tempo que decorre entre os diversos trabalhos no país de destino e o momento em que, a partir de denúncia, há invasão de domicílio, dá-se fim às condições de exploração de trabalho a que são submetidos e diversas agências intervêm, promovendo, em muitos casos, o retorno ao lugar de origem. Em torno dos deslocamentos geográficos, existem matrizes classificatórias, sociais e jurídicas, que possibilitam ler a problemática a partir de diferentes ângulos. “Analisar o ‘fenômeno’ implica também analisar as formas nas quais ele é pensado em termos institucionais” (Pacecca, 2014, p.13; entre aspas na versão original), afirma a autora, e esse preceito funda sua obra.

Situada na Argentina, María Inés Pacecca compara as migrações inter e extracontinentais ao longo da história e apresenta as dinâmicas populacionais existentes na Bolívia, sua distribuição territorial, assim como a condição de trabalho dos migrantes ao chegarem a seu destino. A dinâmica demográfica se apresenta junto às mudanças nas leis migratórias e as práticas relacionadas, estabelecendo-se a relação entre as características do movimento populacional e seu contexto administrativo e legislativo, aprofundado na abordagem da temática do livro.

O ponto de partida da autora foi a revisão de documentos produzidos no contexto de intervenções do Estado argentino perante situações de abuso ou exploração, nas quais não se cumpriam as leis migratórias e trabalhistas vigentes e que, devido às características dos traslados, foram definidas como “tráfico de menores de idade”. Retomando duas discussões próprias ao campo de pesquisas sobre infância e migração, neste caso também se aborda a construção sociocultural da idade e, em relação a esta, o que se entende por cuidados e quais os limites aceitáveis a respeito do trabalho de crianças e adolescentes. Por outro lado, a autora aborda como a perspectiva promovida pelo Protocolo das Nações Unidas para prevenir, reprimir e sancionar o tráfico de pessoas incidiu nas abordagens e políticas relativas à infância e migração, impossibilitando considerar a agência de menores de 18 anos envolvidos nestes processos migratórios.

Os documentos analisados pela autora são de dois tipos: por um lado, informes de crianças e adolescentes bolivianos assistidos pela Área para a prevenção das piores formas de violação de direitos (‘Secretaría Nacional de Niñez, Adolescencia y Familia’ - SENAF - ‘Ministerio de Desarrollo Social de la Nación Argentina’) e, por outro lado, resoluções judiciais correspondentes a causas da Justiça Federal Argentina. Por suas características, a contextualização destas resoluções no marco normativo que lhes deu origem é muito esclarecedora e demonstra os modos como as trajetórias relatadas são divididas e organizadas a partir de uma determinada chave de leitura na medida em que viram casos.

Em 2008, depois da aprovação da Lei Nacional 26.364 (Prevenção do tráfico de pessoas e assistência a suas vítimas), foram estabelecidos e formalizados os circuitos de intervenção institucional. Estes respondem às solicitações das forças de segurança federais ou à Justiça, entre outras instituições que intervêm frente a supostas situações de tráfico de pessoas. Depois do acompanhamento às vítimas, que oferecem seus depoimentos, produzem-se as intervenções através dos dispositivos de assistência adequados segundo as características de cada caso. Nos casos em que há menores de idade envolvidos, o principal dispositivo utilizado se encontra na SENAF, ainda que, em algumas ocasiões, também intervêm organismos locais que se ocupam da infância.

O livro traz uma coletânea de mais de cem informes iniciais elaborados pela equipe técnica da Área pertencente à SENAF, entre 2008 e 2012, que se complementa com uma seleção de causas judiciais. Os dados revelados permitem à autora realizar uma primeira aproximação a um fenômeno sobre o qual não encontra antecedentes, assim como indagar as múltiplas dimensões associadas à “migração adolescente autônoma”, tal como foi denominado o fenômeno em questão. O que é possível saber a partir desses

documentos? O foco está no seu conteúdo. A autora analisa esse conteúdo através da construção de estatísticas, para assim mostrar, distinguindo entre homens e mulheres, qual foi a trajetória prévia à migração destas pessoas, em que situação e contexto se desenvolveu seu processo migratório e o que aconteceu quando chegaram a seu destino. As desigualdades de gênero representadas estatisticamente nos informes (perto de 70% deles se referiam a mulheres), somadas a outros aspectos, como o tipo de trabalho realizado segundo o sexo/gênero, as denúncias de abuso sexual ou estupro a mulheres, fizeram com que o gênero fosse considerado uma variável relevante que modela diferencialmente o processo estudado.

As migrações são caracterizadas a partir de um enfoque que não desconhece as condições de vida na Bolívia. Também leva em conta as relações sociais que, de diferentes maneiras, estiveram envolvidas tanto no traslado, como na atividade de trabalho no lugar de destino (aspectos inseparáveis pelas características desta migração). Quais foram os motivos que levaram estas crianças e adolescentes a migrar? É uma interrogação que instiga a visibilizar as dinâmicas socioculturais que os informes e causas judiciais registraram com os objetivos de intervenção ou julgamento. A autora reconstrói também os contextos familiares dos que migraram, em que as condições de extrema pobreza ou eventos traumáticos, assim como as escassas possibilidades de trabalho na Bolívia, fizeram com que as propostas de emprego na Argentina fossem uma opção a considerar. Aqui se desconsideram a coerção ou o engano como “mecanismos de captação”, e no seu lugar pode-se pensar na agência dos atores, já que a emigração é valorizada como uma alternativa planejada não de maneira individual, mas como projeto familiar.

A oferta de se empregar em empreendimentos produtivos na Argentina provém na maior parte de conterrâneos bolivianos, em muitos casos conhecidos, que já estabeleceram comércio, oficinas de costura ou fazendas na Argentina e precisam de mão-de-obra. Em muitos casos, migrar não significa para as crianças e adolescentes o afastamento da escolaridade nem o começo da vida de trabalho, pois já tinham começado a trabalhar antes de decidirem migrar, o que contribui para que, na perspectiva de alguns adultos, “já não sejam crianças” e compartilhem expectativas em relação a uma precoce autonomia econômica, assim como a prover ajuda familiar. Nesse contexto, a “oportunidade” que se apresenta a crianças, adolescentes e a suas famílias se torna viável. Por outro lado, as ofertas possibilitam ultrapassar três “obstáculos” fundamentais: facilitam o traslado, garantem o trabalho e a moradia no lugar de destino.

Descrivendo diversos aspectos, a autora tece uma trama de fatores, que permite compreender de forma complexa as dinâmicas migratórias dos menores de idade e clareia a figura classificatória que motivou as intervenções. As tensões entre as categorias sociais e jurídicas surgem como foco da análise a partir da preocupação da autora de realizar, através do percurso da pesquisa, propostas para a abordagem de situações de violação da lei e dos direitos destas pessoas na Argentina, onde são tantas vezes exploradas, submetidas a condições de vida alienantes e, inclusive, privadas de sua liberdade. Neste marco, a agência ganha relevância como um desafio institucional ao tornar necessário desenvolver o acompanhamento informado e garantir o respeito à autonomia no

atendimento dos casos. Atender às causas e motivos que levam as pessoas a emigrar é fundamental, ainda que dificilmente isso se dê a partir de estratégias que privilegiem combater a exploração no trabalho de migrantes através de campanhas informativas ou da punição daqueles considerados responsáveis.

Migrar, cruzar as fronteiras nacionais, traça uma trajetória tanto geográfica como social. Outros caminhos se abrem na trama institucional quando intervém o Estado argentino, cujas agências classificam e organizam a partir de categorias jurídicas. As idades se desenham em paralelo, e as fronteiras etárias habilitam experiências alternativas de infância, adolescência e juventude, tão desiguais como os direitos a que têm acesso os migrantes.

Nas suas páginas finais, o livro propõe novas interrogações. São perguntas que dão conta de um percurso que retraça as migrações para chegar até seu ponto de partida, perguntas fundadas no conhecimento produzido. Desse conhecimento também fazem parte as leis, as políticas e sua aplicação. Leis e políticas constituem tanto as matrizes que moldam o problema como as ferramentas para abordá-lo. Justamente por sua atenção a cada uma das partes que conformam a problemática que aborda, assim como às crianças e adolescentes, a obra se apresenta como um recurso válido para pensar e repensar estratégias que tornem efetivos os direitos. Em particular, os direitos dos que, como menores de idade, têm uma autonomia jurídica incompleta, ainda que suas ações avancem além das limitações impostas pelos marcos jurídicos, dando lugar a decisões que, como as de todos, devem ser ouvidas. E, a partir deste lado da fronteira, é um possível ponto de partida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PACECCA, M. I. Trabajo adolescente y migración desde Bolivia a Argentina: entre la adultez y la explotación. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

PALAVRAS-CHAVE: migração, deslocamentos geográficos, trabalho adolescente.

DATA DE RECEBIMENTO: 03/08/2015

DATA DE ACEITAÇÃO: 27/08/2015

María Celeste Hernández

*Laboratorio de Estudios en Cultura y Sociedad,
Facultad de Trabajo Social, Universidad Nacional
de La Plata (LECyS-FTS-UNLP), Argentina.*

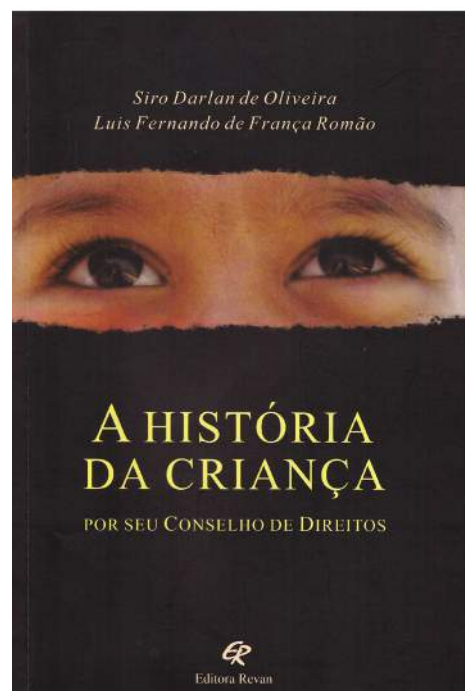
mcelestehernandez@gmail.com

A história da criança por seu Conselho de Direitos

de Siro Darlan Oliveira & Luis Fernando de França Romão

RESENHA POR
Irandi Pereira

A política de direitos da criança e do adolescente no Rio de Janeiro: um olhar a partir da prática conselhistas



A contribuição dos autores é inovadora ao trazer um novo olhar sobre a política de direitos humanos à população infanto-juvenil, tendo como enfoque a prática conselhistas por meio do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro. Por prática conselhistas, considera-se a ação democrática, participativa e popular, mobilizada pelos conselheiros no espaço institucional público das políticas no Brasil.

O Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente tem como escopo de sua criação o princípio da democracia participativa ou democracia ativa e sua natureza permite o compartilhamento da presença de atores e instituições das esferas pública (governamental) e privada (organização da sociedade civil) numa combinação da democracia representativa com a democracia participativa.

A criação dos Conselhos de Direitos, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990), é uma das possíveis respostas da sociedade brasileira frente ao modelo centralizado de formulação e execução da política pública para a área, presente no Brasil desde os anos 1930, e consolidada pela Política Nacional para o Bem-Estar do Menor (PNBEM) de 1964, perdurando até a edição da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Como bem apontam os autores, Siro Darlan e Luiz Fernando Romão, no capítulo 1, “O surgimento dos Conselhos de Direitos e a mudança de paradigmas”, a propositura desse novo modo de desenhar e gestar a política pública para a criança e o adolescente por meio dos Conselhos de Direitos estava convergente às reivindicações dos movimentos sociais pela democratização da sociedade brasileira diante da ditadura militar, com seus governos autoritários e centralizadores.

Foi nesse período que um amplo leque de movimentos sociais emergiu (nos setores de saúde, educação, saneamento, moradia, carestia, sindical, mulheres). Outros também foram criados, como é o caso do movimento em defesa dos direitos da criança e do adolescente, num rompimento claro com a doutrina da situação irregular adotada pelos Códigos de Menores de 1927 e 1990, em que restavam, à população infanto-juvenil das camadas populares, políticas de segregação, de punição e coerção sob o ideário de uma política de bem-estar social.

No amplo movimento por liberdades democráticas, foi possível perceber que a sociedade civil, alijada dos diferentes espaços de poder e decisão na história da vida brasileira, poderia assumir seu papel de protagonista para o alargamento da ideia de democracia, de participação e mobilização popular. Os autores reconhecem a existência do que se denomina sociedade civil como espaço em que se expressam diferentes interesses e, por isso, pode ser considerada como uma organização complexa, em que diferentes instituições, por meio de seus sujeitos, apresentam suas ideologias na busca da hegemonia e consensos em torno do bem comum.

A nova institucionalidade – Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente – presente nas três esferas da administração pública, numa área delimitada (criança e adolescente) e com seus arranjos institucionais de gestão da política pública (formulação, deliberação, acompanhamento e controle), pode interferir nas decisões do Estado brasileiro sob a ótica da doutrina da proteção integral – um conjunto de direitos para todas as crianças e adolescentes, sem qualquer traço discricionário – na efetivação de políticas públicas de proteção integral. O capítulo 2, que aborda o início das atividades do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, criado em 1991, exemplifica a crença em todo esse novo arranjo de se fazer a política para a infância e juventude.

Nos diferentes capítulos do livro, a questão das premissas e valores presentes na nova institucionalidade não se traduz de modo tranquilo em favor dos direitos da criança e do adolescente, tendo em vista a complexidade dos temas retratados em cada um deles – a chacina da Candelária, no capítulo 3; as instituições de ações socioeducativas, no capítulo 4; e a posição institucional contrária à redução da maioria penal, no capítulo 5.

A leitura atenta dos capítulos auxilia no conhecimento da história de descaso no atendimento à infância e adolescência da maioria da população do Rio de Janeiro, e por extensão de todo o território brasileiro, bem como evidencia a necessidade de alteração de conteúdo, método e gestão da ação pública desenvolvida em torno da promoção e defesa dos direitos desse grupo etário.

No que se refere ao tema da redução da idade penal de adolescentes, o capítulo em questão, ao mesmo tempo em que denuncia os diferentes sistemas das políticas públicas no olhar e trato ao adolescente em conflito com a lei, anuncia a continuidade da luta em favor da manutenção da idade mínima de responsabilidade penal aos 18 anos e

a necessidade de aprofundamento do debate junto à sociedade. A produção de estudos sobre a presença de adolescentes nas práticas delituosas é fato que não pode ser relegado a segundo plano, considerando a incipiente justificativa que, de modo geral, está presente em diferentes propostas de emenda constitucional apresentadas no parlamento e na difusão dos dados e informações por parte da mídia e redes sociais. O Conselho de Direitos tem essa prerrogativa de propor e exigir das agências de estudos e pesquisas a realização e atualização de estudos e, ao mesmo tempo, lançar editais públicos para esse fim.

É no embate ideológico, na busca de entendimento e consenso, que os conselheiros – atores de um novo tempo de participação popular na gestão de uma política pública – exercitam uma verdadeira democracia política frente ao modelo colocado em prática, como é o caso do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, tão bem retratado no livro, a partir de uma retrospectiva, mesmo que sintética, de um modelo de política social descolado da realidade da infância e juventude das camadas populares e, em diferentes períodos, considerando os 500 anos da sociedade brasileira.

A título de ilustração, a pesquisa denominada “Os bons conselhos: pesquisa ‘conhecendo a realidade’” (CEATS/FIA, 2007), encomendada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, indicava que apenas 8% dos municípios brasileiros não tinham os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente em atividade. A implantação da nova institucionalidade 25 anos após a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente pode ser creditada aos ativistas pelos direitos humanos infanto-juvenis, que apostaram na possibilidade de uma gestão pública compartilhada e mobilizadora de corações e mentes em torno da gramática de direitos humanos e da possibilidade de controle social das ações públicas. No caso do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, muitos são os entraves que os conselheiros encontraram nesse novo modo de fazer política, tendo em vista as estruturas oligárquicas e patrimonialistas de poder e o próprio alijamento vivido pela população frente aos diversos momentos e espaços da vida pública e que foram tão bem apresentados pelos autores no livro.

Outros temas mereceram destaque no presente volume, como é o caso da participação do Ministério Público nos Conselhos de Direitos, tema do capítulo 6, e do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, tratado no capítulo 7. A controvérsia sobre a participação de representantes do Ministério Público nos Conselhos de Direitos vem de há tempos no processo de criação desses espaços em diferentes estados e municípios brasileiros. O tratamento dado a esta questão, no livro, é apoiado em matéria que chegou ao Supremo Tribunal Federal, sobre a constitucionalidade ou não dessa participação, considerando as diferentes especificidades de cada órgão, ou mesmo sistema, na condução da política de direitos da criança e do adolescente (Executivo e Justiça). No que se refere ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, os autores dedicam todo um capítulo, tendo em vista tratar-se de matéria bastante controversa e que, por isso mesmo, ocupa parte considerável dos trabalhos dos Conselhos dos Direitos. Apresentam definição, estruturação, vinculação, prioridades, destinação e aplicação de recursos. Apontam que o mecanismo “certificado de captação”, previsto pela Resolução nº 137/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA),

resultou numa das principais controvérsias quando da parametrização sobre a criação e funcionamento dos Fundos. Apresentam a experiência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA) do Rio de Janeiro frente a esta controvérsia pela instituição do mecanismo “Banco de Projetos da Criança e do Adolescente”, aprovado pelo CEDCA, através da Deliberação nº 17/2008.

É importante ressaltar que a presença de autoridades de reconhecimento nacional por suas trajetórias singulares na defesa dos direitos infanto-juvenis, que assinam o prefácio e o posfácio, possibilitou perceber a tessitura firme, ao mesmo tempo flexível, em torno dos diferentes temas trabalhados pelos autores.

Foi a partir da generosidade dos autores em relação a seus críticos e colegas de jornada na defesa da garantia dos direitos da criança e do adolescente que me senti confortável e merecedora da distinção de elaborar a presente resenha e, mais uma vez, lembrar o quanto batalhar pela infância brasileira exige um olhar cristalino sobre o conhecimento e as práticas que, em torno dela, são necessárias.

Em “A história da criança por seu Conselho de Direitos”, o público leitor tem diante de si a possibilidade de redesenhar um novo olhar e trato à garantia dos direitos da criança e do adolescente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEATS/FIA (Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor da Fundação Instituto de Administração). **Os bons conselhos**: Pesquisa ‘Conhecendo a Realidade’. São Paulo: s/ editora, 2007. Disponível em <http://www.crianca.df.gov.br/biblioteca-virtual/doc_download/67-conhecendo-a-realidade-dos-bons-conselhos-tutelares.html>

OLIVEIRA, S. D. de; ROMÃO, L. F. de F. A história da criança por seu Conselho de Direitos. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

PALAVRAS-CHAVE: crianças e adolescentes, política de direitos, Conselho de Direitos.

DATA DE RECEBIMENTO: 31/08/2015

DATA DE ACEITAÇÃO: 09/09/2015

Irandi Pereira

Docente no Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei (Universidade Anhanguera de São Paulo-UNIAN/SP/Brasil), coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Adolescente e Gestão Pública (NEPAG) da mesma universidade.

irandip@gmail.com

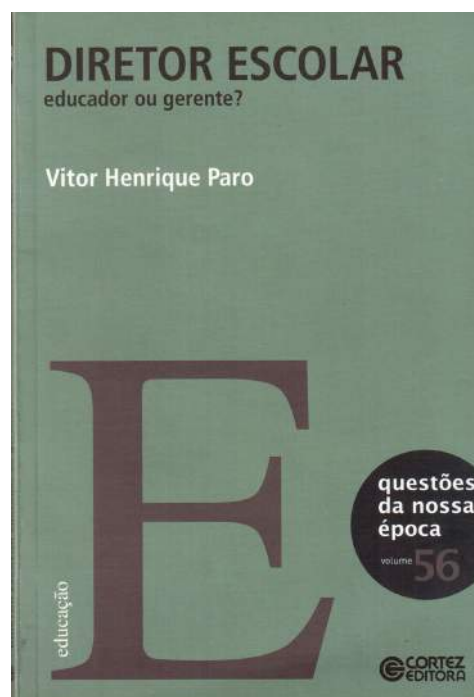
Diretor escolar: educador ou gerente?

de Vitor Henrique Paro

RESENHA POR

Rosana Evangelista da Cruz

O sequestro do caráter público da instituição escolar: razão mercantil e amadorismo pedagógico em políticas educacionais



Vitor Henrique Paro, professor titular na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, autor de inúmeras publicações sobre educação e administração escolar, tem oferecido à comunidade educacional, com suas obras, contribuições efetivas para a reflexão dos problemas que envolvem a gestão educacional na realidade brasileira. É incontestável a importância deste intelectual para o meio educacional, a partir do compromisso com a produção e adoção de modelos de gestão educacional verdadeiramente democráticos, com vistas à construção de uma escola pública libertária e de uma sociedade comprometida com a emancipação humana.

O livro “Diretor escolar: educador ou gerente?” é fruto de pesquisa acerca dos determinantes pedagógicos e políticos da escola sobre a prática administrativa do diretor escolar. Resultado de investigação empírica em escola pública municipal de ensino fundamental da cidade de São Paulo e de pesquisa bibliográfica documental, o trabalho dialoga com os problemas atuais da administração escolar e com os estudos clássicos da área no Brasil, sintetizando e aprofundando reflexões realizadas pelo autor em outras publicações sobre o papel da educação, da escola e da administração e direção escolares.

No presente livro, de modo coerente com a prática de pesquisa sistemática em escola pública, com vistas a desvelar seu cotidiano e suas contradições, Paro efetiva um belo diálogo entre aqueles que constroem o dia a dia da educação pública e a teoria que embasa sua produção, oferecendo elementos importantes para a reflexão sobre a gestão escolar, na perspectiva da defesa da escola pública como um direito. O resultado da investigação é apresentado em quatro instigantes seções, as quais despertam no leitor o interesse em conhecer toda a obra do autor.

Na primeira seção é apresentado o conceito de administração como mediação ou “utilização racional de recursos para a realização de fins determinados” (Paro, 2015, p.18). Este conceito, amplo e original, indica a indissociabilidade entre a ação administrativa e o fim que pretende alcançar; dessa forma, supera a ideia do senso comum de que administrativo é sinônimo de burocrático, com fim em si mesmo, negando seu papel de mediação para o alcance de fins determinados.

No campo da administração escolar, o autor informa que toda prática pedagógica está impregnada do administrativo, assim como o administrativo é potencialmente pedagógico. No caso da escola, o fim almejado é o aluno educado, portanto, o pedagógico deve ser a razão do administrativo no interior dessa instituição. Por esta compreensão, Paro advoga que qualquer diretor escolar deve, antes de tudo, ser um educador.

Na escola, nas diferentes atividades realizadas pelos sujeitos que a compõem, está presente o problema administrativo, no sentido da consecução do fim a que se propõe. É neste sentido que o autor apresenta os dois amplos campos da administração: a racionalização do trabalho e a coordenação do esforço humano coletivo, que inclui a questão das relações na escola e do papel desempenhado pelos diferentes sujeitos envolvidos, reconhecido o caráter político das referidas relações.

A política é compreendida por Paro como “produção da convivência entre grupos e pessoas [...] que possuem vontades e interesses próprios que podem ou não coincidir com os interesses dos demais” (2015, p. 33). Com isto, fica evidente que a coordenação do esforço humano coletivo na escola para o alcance dos fins educacionais está prenhe de política. Dependendo do tipo de convivência estabelecido entre os envolvidos, pode contribuir para a afirmação de cada um como sujeito ou para a negação dessa mesma subjetividade.

É nesse contexto que o autor diferencia os objetivos (os fins) de uma empresa capitalista e os da escola. A empresa busca alcançar o lucro, viabilizado pela exploração do trabalhador, negando-lhe o usufruto pleno do valor produzido pelo seu trabalho. No caso da escola, o objetivo é justamente a afirmação do sujeito, mediante a função precípua de contribuir para a atualização histórico-cultural dos sujeitos envolvidos. Como os fins são antagônicos, o autor questiona a adoção do modelo gerencial na escola.

Na segunda seção, Paro apresenta a discussão sobre direção/diretor escolar. Embora os componentes da administração (racionalização do trabalho e coordenação) estejam presentes na direção, esta se coloca acima daquela devido ao poder que lhe é inerente: “po-

demos dizer que direção é a administração revestida do poder necessário para fazer-se a responsável última pela instituição” (Paro, 2015, p. 38). O conceito de poder adotado pelo autor, amplamente discutido em obra anterior (Paro, 2014), refere-se à capacidade de determinar o comportamento de outros.

Na terceira seção, dedicada à análise da escola como objeto de gestão escolar, o autor afirma que a concepção hegemônica de educação, de senso comum, restringe o papel da escola à transmissão de conhecimentos para as novas gerações. Questiona tal concepção por entender que o educando não aprende por transmissão, mas ao se apropriar de determinado componente cultural historicamente produzido, incorporando-o à sua personalidade viva, mediante a aplicação de sua vontade na ação de educar-se. Ademais, reduzir o papel da escola à transmissão de conhecimentos é limitar sua função a somente um aspecto da “cultura produzida historicamente e necessária à formação do ser humano-histórico em seu sentido pleno” (Paro, 2015, p. 48).

O autor ressalta que o ser humano se apropria da cultura como sujeito; por isso, para não ferir o princípio de adequação de meios a fins, a escola precisa propiciar condições para que o educando se faça sujeito de seu aprendizado, o que demanda a revisão de sua estrutura e de todo o processo de organização do seu trabalho pedagógico.

Para aqueles envolvidos com as políticas educacionais, seja como sujeitos da política, seja como pesquisadores, o ponto alto do livro de Vitor Paro fica por conta da discussão sobre a interferência da concepção de educação e da razão mercantil nas políticas da atualidade, elementos destacados no título desta resenha. Para o autor, as duas grandes ameaças à educação estão relacionadas à razão mercantil que orienta as políticas educacionais e ao amadorismo pedagógico dos que cuidam da educação.

A razão mercantil está calcada na perspectiva de privilegiar os resultados econômicos e na inserção de mecanismos típicos do sistema capitalista no âmbito dos sistemas e unidades escolares. Nas políticas educacionais, segundo o autor, a razão mercantil se faz presente na defesa de interesses particulares, na privatização do ensino, no favorecimento de escolas particulares, na compra de pacotes ou sistemas de ensino, no estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada e na secundarização das condições dos trabalhadores da educação em favor de outros insumos que favorecem o acúmulo privado, entre outras formas.

No que se refere ao amadorismo, Paro argumenta que este, acrescentado da ignorância, é solo fértil para a absorção do paradigma mercantil nas políticas educacionais, pois a ausência do conhecimento técnico-científico sobre o fato educativo – a “cegueira pedagógica” – leva à adoção de “princípios, métodos e técnicas dominantes no mundo dos negócios, ignorando por completo a especificidade do trabalho escolar e a necessidade de levar em conta sua singularidade na tentativa de fazê-lo efetivo” (Paro, 2015, p.54).

Paro contrapõe a esfera privada à esfera pública. Esta última envolve a universalidade de direitos e deveres de cidadãos, no âmbito do Estado democrático. Este Estado é o domínio da política, vista como “convivência entre indivíduos ou grupos que detêm ou

reivindicam sua condição de sujeitos, ou seja, detentores de interesses e atuantes em sua realização” (Paro, 2015, p. 56-57). Justamente esta condição de sujeito caracteriza o homem como humano-histórico, que demanda a convivência com a subjetividade do outro, condição “que caracteriza a ação política em seu sentido amplo” (Paro, 2015, p. 57).

A referida convivência, nos termos do autor, pode ocorrer pela dominação ou pelo diálogo. No primeiro caso, a dominação, mediante autoritarismo, ou seja, o poder de uns sobre outros. No segundo, o diálogo entre sujeitos, o que consubstancia a convivência democrática, livre e pacífica entre indivíduos e grupos, os quais estariam se afirmando como sujeitos. Para o autor, o aprendizado escolar precisa ser necessariamente democrático, já que a natureza do processo pedagógico evidencia que a aprendizagem só se faz com a vontade do educando.

Ampliando sobremaneira o que entendemos por gestão democrática, o autor informa que o processo pedagógico é autêntica ação política, porque está no âmbito da relação de convivência entre sujeitos, o que vai remeter diretamente ao tipo de profissional responsável pelo processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, compreende que o professor é um trabalhador com caráter específico, diferente de outros profissionais, porque precisa de envolvimento pessoal e político com o educando, condição para a eficiência do processo educativo.

A importância e a complexidade da ação docente requerem que sejam garantidas condições políticas e técnicas para o efetivo cumprimento de seu papel. Na ausência das referidas condições, ocorre o sequestro do caráter público da instituição escolar e a degradação do desempenho pedagógico, levando à negação do direito à educação. Tal sequestro ocorre, por exemplo, quando o Estado descuida das políticas educacionais e adota sistemas e pacotes de ensino da iniciativa privada, visando favorecer os interesses particulares e desqualificar o trabalho do professor, ou quando limita o conceito de qualidade aos resultados de testes padronizados em larga escala, nos termos do autor.

A quarta seção do livro, intitulada “Diretor escolar: dirigente ‘sui generis’ para um trabalho singular”, é dedicada especificamente ao papel do diretor. Nesse espaço, Paro discute a natureza da função de diretor em seu papel de mediação para a garantia da educação escolar. Pondera que a escola de antigamente era seletiva e elitista, porque não universalizada e com fatores evidentes de estratificação, dentre os quais os testes seletivos e a reprovação escolar, mecanismos de culpabilização dos alunos pelo fracasso da escola. No entanto, hoje, como a escola precisa receber todos os que a procuram, o fracasso escolar fica evidente, havendo um movimento intenso de adoção acrítica dos princípios e métodos da empresa capitalista nas escolas, mediante proposições de modernização, qualidade total, empreendedorismo, bonificação, remuneração por mérito, ranqueamento, entre outras denominações que contribuem para a precarização da escola.

Combatendo a ideia de que o diretor deva ser um gerente, o autor reforça o entendimento de que a administração escolar é uma função que somente pode ser exercida por educadores, dada a necessidade de adequação dos meios aos fins típica da administração, a singularidade do trabalho desenvolvido nas escolas e a necessidade de seu compromisso com a construção de personalidades humano-históricas, portanto, de verdadeiros cidadãos.

A peculiaridade da escola e do trabalho nela desenvolvido, segundo Paro, requer um dirigente escolar democrático, cuja legitimidade advenha da vontade e do “consentimento daqueles que se submetem à sua direção” (Paro, 2015, p. 115). Neste sentido, o autor contesta não somente a compreensão do diretor como um gerente, mas também o provimento do cargo por indicação político-partidária ou concurso público, formas que ferem os princípios democráticos. Na realidade, além da defesa da eleição, o autor advoga que a coordenação não precisa ser feita sempre a partir de um coordenador unipessoal que determine a conduta de grupos e pessoas, mas pode ser realizada coletivamente, diretamente ou por meio de conselhos, representantes ou de colegiado diretivo.

A leitura da obra de Vitor Henrique Paro é imprescindível, pois apresenta contribuições fundamentais para pais, educadores, gestores e pesquisadores, que defendem a educação pública como direito fundamental, especialmente em contexto de ampliação da razão mercantil em políticas educacionais. Além do relevante livro ora resenhado, os interessados em aprofundar estudo sobre as instigantes questões apresentadas pelo autor podem obter maiores informações sobre suas produções no ‘site’: <www.vitorparo.com.br>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARO, V. H. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

PARO, V. H. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PALAVRAS-CHAVE: política educacional, administração da educação, diretor escolar.

DATA DE RECEBIMENTO: 20/08/2015

DATA DE APROVAÇÃO: 04/09/2015

Rosana Evangelista da Cruz

Universidade Federal do Piauí, Brasil

rosanacruz@ufpi.edu.br

Levantamento Bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento bibliográfico dos livros publicados na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de Junho à Setembro de 2015, cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas respectivas editoras.

- 1 *A criança com asma e sua família: avaliação psicossomática e sistêmica***
ISBN 978-85-7600-402-8
Autora: Dóris Lieth Nunes Peçanha
Editora: EDUFSCAR, São Carlos, 201 páginas.
- 2 *Así, ¿quién quiere estar integrado? La cuestión de la inclusión en la escuela argentina***
ISBN 9789876023344
Autora: Lucía Garay
Editora: Comunicarte, Buenos Aires, 350 páginas.
- 3 *As relações de interculturalidade entre conhecimentos científicos e conhecimentos tradicionais na Escola Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê***
ISBN 978-85-8473-012-4
Autor: Paulo de Tássio Borges da Silva
Editora: Multifoco, Rio de Janeiro, 216 páginas.
- 4 *Cena Cosplay: Comunicação, Consumo, Memória nas Culturas Juvenis***
ISBN 978-85-205-0729-2
Autora: Mônica Rebecca Ferrari Nunes
Editora: Sulina, Porto Alegre, 343 páginas.
- 5 *Cognición, neurociencia y aprendizaje: El adolescente en la educación superior***
ISBN 9786123170882
Autores: María Angélica Pease Dreibelbis, Flavio Figallo Rivadeneyra e Liz C. Ysla Almonacid
Editora: Fondo Editorial, Lima, 337 páginas.
- 6 *Desenvolvimento da criança de zero a seis anos e a terapia ocupacional***
ISBN 978-85-7600-398-4
Organizadoras: Regina Helena Vitale Torkomian Joaquim, Patrícia Carla Souza Della Barba e Isis de Albuquerque
Editora: EDUFSCAR, São Carlos, 56 páginas.
- 7 *Diferença e inclusão na escola***
ISBN 978-85-444-0504-8
Organizadoras: Rejane Ramos Klein e Morgana Domênica Hattge
Editora: CRV, Curitiba, 234 páginas.

- 8 *Direito e o avesso (O) - O que existe de admirável e de abominável na educação brasileira***
ISBN 9788515042586
Autor: Celso Antunes
Editora: Edições Loyola, São Paulo-SP, 112 páginas.
- 9 *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural***
ISBN 978-85-7706-087-0
Organizadoras: Angela Branco e Maria Cláudia de Oliveira
Editora: Mediação, Porto Alegre, 400 páginas.
- 10 *Indisciplina / Disciplina: ética, moral e ação do professor***
ISBN 978-85-7706-007-8
Autor: Yves de La Taille et al.
Editora Mediação, Porto Alegre, 96 páginas.
- 11 *Infância e Cultura***
ISBN 978-85-444-0488-1
Autoras: Aliandra Cristina Mesomo Lira e Edaniele Cristine Machado do Nascimento
Editora: CRV, Curitiba, 80 páginas.
- 12 *Inspiração - O que pode a escola brasileira aprender com modelos de sucesso***
ISBN 9788515042678
Autor: Celso Antunes
Editora: Edições Loyola, São Paulo, 160 páginas.
- 13 *Juguetes e infancias: la consolidación de una sensibilidad moderna sobre los niños en Colombia***
ISBN 978-958-774-112-4
Autora: Diana Marcela Aristizábal García
Editora: Ediciones Universidad de los Andes, Bogotá, 104 páginas.
- 14 *Juventude na Amazônia: Experiências e instituições formadoras***
ISBN 978-85-444-0541-3
Autora: Maria Da Graça Jacintho Setton
Editora: CRV, Curitiba, 200 páginas.
- 15 *Los desafíos de la universidad pública en América Latina y el Caribe***
ISBN 978-987-722-086-5
Autores: Adrián Acosta Silva. Daniela Atairo. Antonio Camou. Andrés Donoso Romo. Mía Dragnic García. Lia Pinheiro Barbosa. Diego Higuera Rubio. Robinzon Piñeros Lizarazo. Gineth Andrea Álvarez Satizabal. Agustín Cano Menoni. Axel Didriksson Takayanagui
Editora: CLACSO, Buenos Aires, 412 páginas.

- 16 Paulo Freire: gênese da educação intercultural no Brasil**
ISBN 978-85-444-0416-4
Autora: Ivanilde Apoluceno de Oliveira
Editora: CRV, Curitiba, 120 páginas.
- 17 Políticas e práticas de educação no campo: um estudo a partir da escola itinerante Maria Alice Wolff de Souza no município de Lages-SC (1984-2010)**
ISBN 978-85-444-0415-7
Autoras: Marli Coscodai Souza e Lurdes Caron
Editora: CRV, Curitiba, 188 páginas.
- 18 Políticas penales y de seguridad dirigidas hacia adolescentes y jóvenes**
ISBN 978-987-30-0554-1
Organizadora: Silvia Guemureman
Editora: Rubinzal Culzoni, Buenos Aires, 648 páginas.
- 19 Masculinidades incômodas: jóvenes, género y pobreza en el inicio del siglo XXI**
ISBN 978-950-802-381-0
Autor: Néstor Artiñano
Editora: Espacio, Buenos Aires, 127 páginas.
- 20 Mídias na educação: construindo e inovando**
ISBN 978-85-7985-085-1
Organizadora: Maria S. Barbosa
Editora: UESB, Vitória da Conquista, 215 páginas.
- 21 Nucepec: 30 anos, 30 ideias – reflexões e práticas sobre infâncias, adolescências e juventudes**
ISBN 978854200636-0
Organizadoras: Andréa Carla Filgueiras Cordeiro, Ângela de Alencar Araripe Pinheiro, Débora Pinho Arruda e Veriana de Fátima Rodrigues Colaço.
Editora: Expressão Gráfica e Editora, Fortaleza, 292 páginas.
- 22 Programa universidade para todos (PROUNI) e a construção da hegemonia: Uma visão gramsciana**
ISBN 978-85-444-0492-8
Autor: Edmir Aparecido Bergamo
Editora: CRV, Curitiba, 166 páginas.
- 23 Os Conflitos Homofóbicos na Escola - E a Teoria do Reconhecimento**
ISBN 978-85-7591-362-8
Autora: Grasiela Cristine Celich
Editora: Mercado de Letras, Campinas, 288 páginas.

24 *Sociologia da Educação: para que servem as escolas?*

ISBN 978-85-7216-719-2

Autor: Elsio Lenardão

Editora: EDUEL, Londrina, 164 páginas.

25 *Soluciones educativas para los conflictos en el aula*

ISBN 978-84-494-5127-0

Autor: Jaime A. Foces Gil

Editora: Océano, Managua, 480 páginas.

26 *Transições dos estudantes: reflexões iberoamericanas*

ISBN 978-85-444-0429-4

Organizadoras: Tânia Regina Raitz e Pilar Figuera-Gazo

Editora: CRV, Curitiba, 178 páginas.

27 *Universidad y movimientos sociales en America Latina - reanudar un hilo interrumpido*

ISBN 978950754548

Autor: Henrique T. Novaes

Editora: Continente, Buenos Aires, 224 páginas.

Normas para todas as seções

1. Os artigos, entrevistas ou resenhas serão submetidos, em português ou espanhol, ao Conselho Editorial ao qual cabe a responsabilidade do processo editorial dos manuscritos. A submissão é feita no [site da DESIDADES, no portal de periódicos da UFRJ](#), seguindo as orientações disponibilizadas.
2. O Conselho Editorial fará uso de consultores ad hoc, que, de forma cega, avaliarão os artigos e farão recomendações em relação à sua publicação ou não. O Conselho Editorial se reserva o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza do texto.
3. Serão aceitos apenas artigos, entrevistas e resenhas inéditos.
4. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, sua versão para o espanhol, ou para o português, conforme o caso, será solicitada aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.
5. Todos os artigos, entrevistas ou resenhas enviados para submissão deverão estar como documento Word, em extensão “.doc” ou “.docx”, fonte Arial 11, espaço duplo.
6. Autoras e autores deverão enviar junto com o manuscrito informações curriculares de 3 linhas no máximo, incluindo titulação e afiliação institucional. No caso de submissão de entrevista, devem ser enviadas as informações curriculares do (a) entrevistador (a) e do (a) entrevistado (a).
7. As referências bibliográficas devem ser apresentadas em ordem alfabética ao final do texto e se pautarem pelas normas ABNT (NBR 6023, 2002).

Exemplos de casos mais comuns:

LIVRO COM UM AUTOR

CASTRO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

LIVRO COM DOIS OU TRÊS AUTORES

CASTRO, L. R.; CORREA, J. **Mostrando a Real**: um retrato da juventude pobre do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2005.

Nas referências de até três autores, todos são citados, separados por ponto e vírgula. Quando ultrapassar três autores, citar somente o primeiro, seguido da expressão et al. (sem itálico).

ARTIGO DE REVISTA OU PERIÓDICO

TORRES, M. C. E.; CASTRO, L. R. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. **Paidéia (USP)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 87-96, jan./abr. 2009.

CAPÍTULO DE LIVRO

GALINKIN, A. L.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média. In: CASTRO, L. R.; CORREA, J. (org.). **Juventude Contemporânea**: perspectivas nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005. p. 229-232.

TESES E DISSERTAÇÕES

CORDEIRO, D. M. A. Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

OBSERVATORIO NACIONAL DE LOS DERECHOS DEL NIÑO Y DEL ADOLESCENTE. IHA2009/2010: los hombres negros adolescentes son las principales víctimas de homicidios en Brasil. Disponível em: <http://www.observatorioadolecente.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=722:iha-20092010-adolescentes-negros-do-sexo-masculino-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-no-brasil&catid=34:noticias&Itemid=106>. Acesso em 14 abr. 2013.

8. As citações de autores no corpo do texto e as notas de rodapé seguem as normas ABNT (NBR 10520, 2002).

- As citações literais de até três linhas são integradas ao texto, entre aspas duplas, seguidas de parênteses com sobrenome do Autor, ano da publicação e página (ex. Lima, 1999, p. 27).
- Citações com mais de três linhas devem ser destacadas no texto com recuo de 1,25, em corpo 10, espaçamento simples, com a indicação: (Autor, ano, p.).
- As remissões sem citação literal são incorporadas ao texto. Ex.: Segundo Cordeiro (2008).
- As notas de rodapé, tratando de observações, comentários e esclarecimentos feitos pelos autores, devem vir no final da página, em algarismos arábicos, devendo ter numeração única e consecutiva ao longo do texto, fonte Arial 10, espaço simples, justificado.

9. Nos casos de destaque de palavras no corpo do texto (por exemplo, palavras estrangeiras), deverão ser utilizadas aspas simples ao invés de itálico.

Normas específicas para a seção

TEMAS EM DESTAQUE

Os artigos dessa seção devem abordar criticamente algum tema ou problema que diga respeito à infância e/ou juventude no contexto latino-americano. Os artigos são voltados a um público não especialista e, neste sentido, serão privilegiadas a clareza e a simplicidade da escrita.

1. Os artigos devem ter de duas mil e quinhentas a quatro mil palavras.
2. Um resumo de aproximadamente 150 palavras deverá ser inserido no final do artigo, após as referências, seguido de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave (separadas por vírgula) que abarquem a temática abordada no artigo.
3. Gráficos, tabelas e figuras: deverão ser enviados separadamente e estar sinalizados no corpo do texto, próximos aos locais de interesse. Devem estar numerados sequencialmente. Em relação às imagens, os autores devem ter assegurado os direitos de uso, cuja comprovação deve ser enviada à revista.

Normas específicas para Resenhas

As resenhas destinam-se a avaliações críticas de publicações recentes na área da infância e juventude que tenham registro no sistema ISBN.

1. As resenhas devem ter entre mil e quinhentas a duas mil palavras.
2. Uma imagem da capa do livro resenhado, em arquivo .jpg ou .tiff, resolução 300 dpi, deverá ser enviada em arquivo separado.
3. Devem ser inseridas no final do texto da resenha de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.
4. A resenha deve conter uma ficha técnica contendo os dados da publicação: título, autor, editora, cidade, ano, número de páginas, ISBN.
5. A resenha deve ter título diferente do livro resenhado.
6. As citações e referências seguem as regras gerais, apresentadas acima. A referência do livro resenhado deve ser destacada em negrito.

Normas específicas para a seção

ESPAÇO ABERTO

Esta seção destina-se à publicação de entrevistas, escritas ou em vídeo, que versem sobre tema atual e/ou controverso na área da infância e juventude. As entrevistas devem ter o objetivo de expor a opinião do entrevistado, como também de explorar, junto com ele, a complexidade do debate sobre a questão. As entrevistas visam, sobretudo, obter pronunciamentos que estejam propensos a analisar aspectos favoráveis e desfavoráveis do tema abordado.

1. A parte inicial da entrevista deve conter uma apresentação breve do entrevistado e as razões que levaram o entrevistador a entrevistá-lo sobre o tema em pauta. O entrevistador deve também situar seu lugar de fala e interesse sobre o assunto.
2. Para sondagem de interesse sobre temas e entrevistados prospectivos, o entrevistador pode entrar em contato com o Conselho Editorial.
3. As entrevistas devem ter de duas a três mil palavras, ou de 10 a, no máximo, 30 minutos de duração.
4. Caso sejam enviadas em vídeo, deverão ser encaminhadas em DVD de dados (arquivo de alta resolução SD ou HD, formato .mov ou .avi) com a respectiva transcrição em Word, em DVD lacrado com o nome do entrevistado e do entrevistador na parte externa do disco.
5. Devem ser inseridas no encaminhamento do texto ou vídeo da entrevista de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.

Envio do material

Os artigos, entrevistas e resenhas devem ser submetidos no site da **DESIDADES**, no portal de revistas UFRJ. Os autores serão notificados do recebimento do material enviado.

No caso de submissão de entrevista gravada em vídeo, a transcrição deve ser enviada pelo sistema de submissão e a gravação em DVD encaminhada pelo correio para o seguinte endereço:

NIPIAC, Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Av. Pasteur, 250 – Urca, Rio de Janeiro - RJ, Brasil | CEP 22.290-902.

No caso da publicação de qualquer material, seus direitos autorais são imediatamente cedidos à Desidades sem ônus para a revista. O autor poderá, no entanto, publicar esse material posteriormente, na íntegra, ou parcialmente. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo de seus artigos publicados.

Contatos

DESIDADES

Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude

**Instituto de Psicologia/NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Av. Pasteur 250
22290-902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55-21. 2295-3208 55-21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br**

DESIDADES

***Revista Eletrônica de Divulgação Científica
da Infância e Juventude***

**Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55 21. 2295-3208 55 21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br**

